TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO 2

VICTORIA MANFREDINI - ORIENTADORA: DRA. MONIQUE SANCHES MARQUES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

NEOLIBERALISMO E O IMPACTO DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL NOS TERRITÓRIOS E NA SAÚDE (MENTAL) DAS COMUNIDADES ATINGIDAS:

O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MARIANA/MG COMO CAMPO DE ESTUDO.

Ouro Preto
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO 2

VICTÓRIA MANFREDINI

NEOLIBERALISMO E O IMPACTO DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL NOS TERRITÓRIOS E NA SAÚDE (MENTAL) DAS COMUNIDADES ATINGIDAS:

O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MARIANA/MG COMO CAMPO DE ESTUDO.

OURO PRETO-MG
2018
VICTÓRIA MANFREDINI

NEOLIBERALISMO E O IMPACTO DA INDÚSTRIA EXTRATIVO MINERAL NOS TERRITÓRIOS E NA SAÚDE (MENTAL) DAS COMUNIDADES ATINGIDAS:
O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MARIANA/MG COMO CAMPO DE ESTUDO.

Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel(a) em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador(a): Dra. Monique Sanches Marques

OURO PRETO-MG
2018

M276n Manfredini, Victória.
Neoliberalismo e o impacto da indústria extrativa mineral nos territórios e na saúde (mental) das comunidades atingidas [manuscrito]: o rompimento da barragem de fundão em mariana/mg como campo de estudo / Victória Manfredini. - 2019.

76f.: il.: color; grafs; mapas.

Orientadora: Profª. Drª. Monique Sanches Marques.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Minas. Departamento de Arquitetura e Urbanismo.

1. Territórios minerados,. 2. Rompimento da barragem de Fundão,. 3. Processos de desterritorialização,. 4. Sofrimento Social. 5. Saúde Mental. I. Marques, Monique Sanches. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Titulo.

CDU: 72:711.4

Catalogação: ficha.sisbin@ufop.edu.br

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Ouro Preto
Escola de Minas
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 11 de Dezembro de 2018, reuniu-se a banca examinadora do trabalho apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso Arquitetura e Urbanismo da Escola de Minas da UFOP, intitulado: **NEOLIBERALISMO E O IMPACTO DA INDÚSTRIA EXTRATIVO MINERAL NOS TERRITÓRIOS E NA SAÚDE (MENTAL) DAS COMUNIDADES ATINGIDAS: O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MARIANA/MG COMO CAMPO DE ESTUDOS**, do aluno(a) **VITÓRIA MANFREDINI**.

Compuseram a banca os professores(as) **MONIQUE SANCHES MARQUES** (Orientadora), **SANDRA ANTUNES NOGUEIRA** (Avaliadora 1) e **CECÍLIA RIBEIRO** (Avaliador 2). Após a exposição oral, o(a) candidato(a) foi argüido(a) pelos componentes da banca que reuniram-se reservadamente, e decidiram, pela aprovação, com a nota 9,5.

Orientador(a)

Avaliador 1

Avaliador 2

Campus Universitário – CEP 35400-000 – Ouro Preto – MG
Home page: http://www.em.ufop.br – E-mail: dcampus.em.ufop.br – Fones: (0xx)31 3559-1484

A população atingida pelas barragens, em especial aos atingidos de Fundão.

Aos meus pais Márcia e Carlinhos.

As minhas irmãs.

Agradeço,

A Profa Dra Monique Sanches Marques por me orientar e acolher, com tamanha sensibilidade e carinho.

Aos professores do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto, por se dedicarem ao ensino e por acreditarem na formação de nossos futuros.

Ao Jornal A Sirene, por dar voz a uma população fragilizada, a qual este trabalho propõe-se a entender. A narrativa dos atingidos, pelos atingidos é umas da ferramentas de luta mais valiosa, neste cenário hegemônico.

Para além deste trabalho, agradeço as pessoas que estiveram ao meu lado e tornaram possível o término desta graduação. Em especial aos meus pais e irmãs, por me darem todo o amor do mundo. A minha família, por serem exemplos de vida, nos mais diferentes aspectos. E a minha segunda família, a República Peça Rara, por todo companheirismo, ensinamento e amor.

Agradeço imensamente a UFOP e a cidade de Ouro Preto, por me acolherem e me mostrarem um mundo maior.

[...] Está sem mulher,
está sem discurso,
está sem carinho,
já não pode beber,
já não pode fumar,
cuspir já não pode,
a noite esfriou,
o dia não veio,
o bonde não veio,
o riso não veio,
não veio a utopia
e tudo acabou
e tudo fugiu
e tudo mofou,
e agora, José?
[...]
Sozinho no escuro
qual bicho-do-mato,
sem teogonia,
sem parede nua
para se encostar,
sem cavalo preto
que fuja a galope,
você marcha, José!
José, para onde?

Carlos Drummond de Andrade / José
(1942)

RESUMO

No sistema neoliberal, tendo como recorte a indústria extrativa mineral identificamos o surgimento de uma nova dinâmica de transformação do território através das expulsões e desterritorialização de comunidades que ocupam áreas ricas em recursos minerais. Entendendo que esses processos atuam nos espaços físicos e imateriais (corpo, linguagem, cultura, subjetividades, singularidades) pretende-se neste trabalho associar as expulsões de pessoas, faunas e biomas como brutalidades impostas pelo setor mineral neoliberal aos territórios assim como a saúde física e mental das populações atingidas. Nessa direção, propõe-se recortar, como campo de estudo, o rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana/MG, no dia 5 de novembro de 2015, assumindo o desastre sócio tecnológico, não como um evento abrupto ocorrido, mas como um processo continuado de violação de direitos e incertezas que vem se aprofundando ao longo dos últimos três anos, afetando diretamente a saúde mental da população atingida. Busca-se associar as noções de perda de territorialidades, modos e projetos de vida aos processos de adoecimento físico e psíquico dessas comunidades.

PALAVRAS CHAVE: Territórios minerados, Rompimento da barragem de Fundão, Processos de desterritorialização, Expulsões, Adoecimento, Sofrimento Social, Saúde mental.

ABSTRACT

In the neoliberal system, taking as a cutback the mineral extractive industry we identify the emergence of a new dynamics of transformation of the territory through the expulsions and deterritorialization of communities that occupy areas rich in mineral resources. Understanding that these processes work in the physical and immaterial spaces (body, language, culture, subjectivities, singularities) this work intends to associate the expulsions of people, faunas and biomes as brutalities imposed by the neoliberal mineral sector to the territories as well as the physical and mental health of affected populations. In this direction, it is proposed to cut as a field of study the breakdown of the Fundão Dam, in Mariana / MG, on November 5, 2015, assuming the socio-technological disaster, not as an abrupt event occurred, but as a process continued violation of rights and uncertainties that has been deepening over the last three years, directly affecting the mental health of the population affected. It seeks to associate the notions of loss of territorialities, ways and projects of life to the processes of physical and psychological illness of these communities.

KEYWORDS: Mining territories, Breaking of the dam of Fundão, Processes of deterritorialization, Expulsions, Sickness, Social suffering, Mental health.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01: Uma das ilhas do Xingu, desmatada e queimada para o enchimento de Belo Monte. Fonte: www.brasil.elpais.com/brasil 21

FIGURA 02: Dona Maria e seu marido Otávio, dois exilados do Xingu, pela usina de Belo Monte. Fonte: www.brasil.elpais.com/brasil 22

FIGURA 03: Localização do Município de Mariana . Fonte: BASE CARTOGRÁFICA. Editado .....……24

FIGURA 04: Barragem de Fundão, da empresa Samarco, antes de seu rompimento já provocava alterações na paisagem. Fonte: Jornal Extra……...……26

FIGURA 05: Gráfico da composição do PIB nacional no ano de 2016. Fonte: Instituto Brasileiro de Mineração……..……27

FIGURA 06: Influência do Setor Mineral na economia do Brasil em 2016. Fonte: Instituto Brasileiro de Mineração…….……...27

FIGURA 07: Destruição de Bento Rodrigues após rompimento da Barragem de Fundão. Fonte: www.oglobo.globo.com/brasil 31

FIGURA 08: Procissão segue pelas ruínas de Bento Rodrigues para celebrar o dia de Nossa Senhora das Mercês, realizada em setembro de 2016. Fonte: www.brasildefato.com.br 32

FIGURA 09: Dona Maria Geralda Bento. Fonte: Acervo Projeto de Extensão Observatório do Reassentamento, DEARQ/UFOP.....36

FIGURA 10: O casal Luiza Queiroz e Caetano Paulino da Silva, retornam a sua casa destruída pelo tsunami de lama que inundou o vilarejo de Paracatu de Baixo, em Mariana. Fonte: www.brasil.estadao.com.br/noticias 38

FIGURA 11: Mapa ilustrativo do trajeto da lama de rejeitos no território de Mariana. Fonte: Jornal A Sirene - Ed. 15 - 05/06/2018…….……..…….….. 41

FIGURA 12: Kaique, filho de Priscila, se diverte, após sobreviver ao trauma. Fonte: www.vice.com.br ……..……. ……. 43

FIGURA 13: A casa de Tcharle do Carmo Batista, antes e depois do rompimento da barragem da Samarco. Fonte: www.cartacapital.com.br ……..…..44

FIGURA 14: Foto de Dona Maria de Paracatu ao conversar com Marinalva de Bento Rodrigues, sobre as perdas com o rompimento da barragem. Fonte: Jornal a Sirene - Ed.0 05/02/2016 …….……46

FIGURA 15: A destruição causada pelo rompimento da Barragem de Fundão, em 5 de novembro de 2015. Fonte: Relatório Vale da Lama-Justiça Global……..…….47

FIGURA 16: A fragmentação das comunidade atingidas, pelo centro urbano de Mariana. Fonte: Relatório PRISMMA…….52

FIGURA 17: Manoel Marcos Muniz, em sua casa no distrito sede de Mariana ao relembrar da vida em Bento Rodrigues, antes do rompimento da Barragem de Fundão.Fonte: www.em.com.br……...…….59

FIGURA 18: Resposta de saúde em diferentes tempos após catástrofes. Fonte: Freitas e col. 2014, ISDR, 2001……...…..62

FIGURA 19: Integralidade e atuação intersetorial e interinstitucional. Fonte: OPAS: Desastres Naturais e Saúde no Brasil, 2015……..…….62

FIGURA 20: Índices de doenças mentais. Fonte: PRISMMA, 2016.……..……..…….66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COPAM - Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral

EIA - Estudos de Impacto Ambiental

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FEAM - Fundação Estadual de Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

OMS - Organização Mundial da Saúde

OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde

PIB – Produto Interno Bruto

PRISMMA – Pesquisa sobre a Saúde Mental das Famílias Atingidas pelo Rompimento da Barragem do Fundão em Mariana

SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

TAG - Transtorno de Ansiedade Generalizada

TEPT - Transtorno de Estresse Pós-traumático

TUS - Transtorno por Uso de Substâncias

DSM - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1. **INTRODUÇÃO**.....12
2. **EXPULSÕES: A RELAÇÃO ENTRE NEOLIBERALISMO E A INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL NO ADOECIMENTO DO TERRITÓRIO E DAS POPULAÇÕES**.....17

2.1. **Expulsões aplicadas ao território de Mariana/MG: O Rompimento da Barragem de Fundão**….....25

3. **DIA 5 DE NOVEMBRO DE 2015 E A RUPTURA SISTÊMICA** 40

3.1. **Sobre os processos de desterritorialização**.....48

3.2. **Agendas esgotadas de um crime continuado**.....55

3.3. **Corpos adoecidos**.....61

CONSIDERAÇÕES FINAIS 68

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 70

1 – INTRODUÇÃO

A temática a ser desenvolvida neste Trabalho Final de Graduação (TFG) é a relação entre os processos de desterritorialização como efeito da indústria extrativa mineral neoliberal em territórios minerados e os impactos na saúde das populações atingidas com enfoque na saúde mental dessas comunidades.

No sistema neoliberal, tendo como recorte a indústria extrativa mineral, o território é capital e como consequência da lógica sistêmica e predatória capitalista que vem se afirmando na economia política global a partir dos anos 1980, observamos o surgimento de uma nova dinâmica de transformação dos territórios através das expulsões e desterritorialização de comunidades que ocupam áreas ricas em recursos minerais. Este Trabalho Final de Graduação propõe problematizar as relações entre essas dinâmicas e os processos de adoecimento e vulnerabilização das populações afetadas buscando contribuir para visibilizar os mecanismos de poder utilizados pelas empresas e Estado e suas relações assimétricas com essas comunidades atingidas. Nessa direção propõe-se abordar, como estudo de caso neste trabalho, o rompimento da Barragem de Fundão, no dia 5 de novembro de 2015, em Mariana/MG que deu início ao processo de desterritorialização das populações atingidas pela onda de lama de rejeitos de minério, provocando danos sócio-espaciais e ambientais, envolvendo questões relacionadas à perda de moradia, modos de vida, memória, alterações em suas atividades econômicas e sociais, em seus estados de saúde mental e física, e em seus cotidianos.

A mineradora Samarco, uma empresa *joint venture* da Companhia Vale e da Anglo Australiana BHP Billiton, é a responsável pela barragem que se rompeu, liberando aproximadamente 60 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos de mineração que percorreu aproximadamente 600 km entre os rios Gualaxo do Norte, Rio do Carmo e a Bacia do Rio Doce até chegar a sua foz, em Regência-ES. Este desastre sócio-tecnológico vem submetendo a população atingida à situação de sofrimento social. Hoje, muitas dessas pessoas, são obrigadas a viver uma relação de dependência com a empresa, à espera por indenizações, reparações,

reassentamentos ou outros processos de ressarcimentos. O que se percebe é o protagonismo da empresa e a inação do Estado com relação às reparações, constituindo um jogo assimétrico de forças entre atingidos, Estado e empresa. A morosidade e violações praticadas pela SAMARCO (Vale/BHP Billiton), nas muitas e longas reuniões, na indefinição, na negação de direitos, nas mediações, nas suas negociações, constituem uma dinâmica de um crime que nunca termina para os atingidos. Neste processo observa-se a consequente fragilização de uma população em situação de vulnerabilidade social, econômica e da sua saúde física e mental.

A partir da análise do filósofo Félix Guattari (1990), em seu livro As Três Ecologias, entende-se a conexão entre as três esferas complementares – a ecologia social, a ecologia mental e ecologia ambiental – sob a égide ético-estética de uma ecosofia. Ou seja, as relações da humanidade com o socius, com a psiquê e com a natureza. Desdobrando estes conceitos sobre o desastre-crime de Mariana, identificamos que os efeitos da violência e da destruição causadas pela lama de rejeito, que é física, mas também simbólica, atinge diferentes dimensões das subjetividades e singularidades de cada um. Após o rompimento da barragem, os relatos de sofrimento, medo, desamparo, angústias e incertezas se mostram cada vez mais presentes e intensos nas falas dos atingidos. Os processos de desterritorializações e expulsões desencadeados pelo rompimento da barragem atuam nos espaços físicos e imateriais (corpo, linguagem, cultura, subjetividades, singularidades) extrapolando uma abordagem de terra planificada, homogênea, estratificada pela macropolítica do capital.

Neste contexto, este trabalho tem como objetivo, associar as expulsões de pessoas, faunas e biomas como brutalidades impostas pelo setor mineral neoliberal a saúde física e mental da população atingida, compreendendo o adoecimento não como fato isolado, mas conectado aos processos de sofrimento social que, no caso aqui abordado está associado ao rompimento da barragem de Fundão e seus desdobramentos no cotidiano das populações das áreas afetadas. Para isso, assume-se o desastre sócio tecnológico não somente como um evento abrupto

ocorrido no dia 05 de novembro de 2015, mas como um processo de violação de direitos e incertezas que vem se aprofundando ao longo dos últimos três anos.

Trata-se, neste trabalho, de problematizar e relacionar os mecanismos de expulsão que desencadearam este desastre sócio tecnológico , vislumbrando os mecanismos de morosidade da empresa que vem retardando e/ou inviabilizando os reassentamentos, ressarcimentos ou outros meios indenizatórios e–associar esses processos a escala do corpo desalojado e adoecido, situação na qual se encontra grande parte da população atingida de Mariana e região/MG, como apresenta o diagnóstico realizado pelo grupo PRISMMA[1], encomendado pela Assessoria Técnica dos atingidos Cáritas Brasileiras[2]/ Regional Minas Gerais. Como aponta o diagnóstico do PRISMMA (2018), a prevalência de transtornos mentais relacionados ao estresse, como a depressão aparece em 28,9% da população avaliada[3], o transtorno de ansiedade generalizada em 32%, o transtorno de estresse pós-traumático em 12% e o risco de suicídio em 16,4%. A prevalência de depressão encontrada, por exemplo, é cinco vezes maior do que a descrita pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a população brasileira avaliada em 2015, constando o estado de vulnerabilidade, em relação a saúde mental, e identificando como necessário o desenvolvimento de medidas multidisciplinares focadas na melhora de sua qualidade de vida e bem-estar, e não apenas no tratamento de doenças dos atingidos.

Os procedimentos metodológicos que organizam a elaboração deste estudo caracterizam-se pela revisão bibliográfica sobre o tema do neoliberalismo e a

---

[1] PRISMMA - Diagnóstico de Saúde das Famílias Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão em Mariana desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa Vulnerabilidades e Saúde – NaVeS UFMg e com o apoio da Faculdade de Medicina da UFMG, Departamento de Saúde Mental, a pedido da Cáritas Brasileira regional Minas Gerais. Os dados e resultados obtidos na pesquisa serão abordados no Capítulo III.

[2] Cáritas Brasileiras é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), presente em diversos estados. Como rede voluntária, promove iniciativas de Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional e Fundos Solidários. É hoje, a responsável pela Assessoria Técnica dos Atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana.

[3] Para o resultado apresentado, foram entrevistados 225 pessoas, com idade superior a 18 anos, que possuíam propriedades nos distritos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Borba, Campinas, Pedras e Ponte do Gama à época do rompimento da barragem de Fundão.

indústria extrativa mineral no Brasil, revisão bibliográfica sobre o Rompimento da Barragem de Fundão em Mariana no dia 05/11/2015 em seus aspectos econômicos, políticos e sócio ambientais e revisão bibliográfica sobre questões que antecederam o rompimento da barragem. A fundamentação teórica constitui-se pelo estudo do conceito de expulsões na economia global desenvolvido pela socióloga Saskia Sassen, pelas definições de território, processos de desterritorializações e reterritorializações desenvolvidos pelo geógrafo Rogério Haesbaert e pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari e pela abordagem de ecologia a partir de Félix Guattari.

O trabalho de campo será desenvolvido a partir de fontes secundárias. Ao que toca a saúde física e mental dos atingidos serão levantados dados nas secretarias de saúde municipal de Mariana, Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais e pesquisas no campo da saúde sendo o principal documento estudado: o PRISMMA - Diagnóstico de Saúde das Famílias Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão em Mariana desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa Vulnerabilidades e Saúde – NaVeS UFMG e com o apoio da Faculdade de Medicina da UFMG, Departamento de Saúde Mental e da Cáritas Brasileira regional Minas Gerais. Ao que se refere ao modus operandi da empresa Samarco/Vale/BHP no trato com a população atingida o trabalho de campo será realizado através de pesquisa em fontes secundárias - Comissão de Atingidos de Mariana, Ministério Público, Cáritas Brasileira/ Regional Minas Gerais Assessoria Técnica aos atingidos pela Barragem de Fundão, MAB/ Movimento de Atingidos por Barragens, grupos de pesquisa dentre outros.

No segundo capítulo deste trabalho pretende-se contextualizar os impactos que o neoliberalismo e a indústria extrativa mineral causam sobre os territórios e as populações que ocupam essas áreas. Nesse momento relacionamos conceitos tais como expulsões, desterritorializações, racismo ambiental tendo como recorte o rompimento da Barragem de Fundão em Mariana/MG e seus desdobramentos no território e na saúde mental física e mental da população atingida.

No terceiro capítulo, pretende-se entender como se deram os processos de desterritorialização e reterritorialização involuntária e provisória que foram submetidos os atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão. Entende-se que nesse processo ocorre a desestruturação espacial dos vínculos comunitários e familiares, passando a fragilizar ainda mais essas populações. Onde viviam essas pessoas antes do rompimento e onde moram hoje depois do processo de realocação involuntária? Neste capítulo serão apresentados, através das fontes já citadas, o *modus operandi* da empresa, no trato com os atingidos, e dados referentes ao diagnóstico da saúde física e mental da população atingida. Neste capítulo será apresentada uma linha do tempo desde o rompimento em 05/11/2015 tendo a área atingida de Mariana como recorte territorial evidenciando os fatos mais relevantes assim como a morosidade na tomada de decisões ao que se refere aos ressarcimentos, reassentamentos ou outras formas de indenizações. Os dados referentes ao diagnóstico da saúde física e mental da população atingida serão relacionados a essa linha do tempo.

CAP 2 - EXPULSÕES: A RELAÇÃO ENTRE NEOLIBERALISMO E A INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL NO ADOECIMENTO DO TERRITÓRIO E DAS POPULAÇÕES

O sistema capitalista, historicamente, se relaciona com o Estado de diversas formas, sendo o Estado responsável pela regulamentação administrativa que garante as pré-condições para a fluidez da acumulação. Como descreve Harvey (2005), o neoliberalismo surge em meados dos anos 80/90, impulsionado pelos governos de Deng Xiaoping, na China com a liberalização da economia, Margaret Thatcher, na Grã-Bretanha com a tarefa de restringir o poder dos sindicatos e levar ao fim uma destruidora estagnação inflacionária que envolverá o país na década precedente e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, que impeliu seu país a revitalizar a economia, criando políticas destinadas a restringir o poder do trabalho, desregular a indústria, a agricultura e os setores extrativistas, assim como liberar os poderes das finanças tanto internamente como no cenário mundial.

Partindo do pressuposto que o livre mercado resulta em maiores níveis de bem-estar social, o neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe liberar as capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2005). Contudo, assim como afirma Magalhães (2015), temos a atuação de forma ativa (violenta e autoritária) do mercado para garantir certas condições básicas para a livre atuação dos agentes econômicos privados. Como descreve Harvey (2005), a neoliberalização atingiu as divisões do trabalho, as relações sociais, as combinações de tecnologias, os modos de vida e pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração, uma vez que tem na troca de mercado o guia para toda ação humana. Enfatiza as relações contratuais de mercado, sendo que o bem estar-social vive uma relação de dependência das transações de mercado. Para isso se muniu das tecnologias da informação e capacidades para acumular, armazenar, transferir, analisar e usar massivas bases de dados para orientar decisões no mercado global (HARVEY, 2005). Harvey conclui que:

> Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional

> ou como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e restauração do poder das elites econômicas. Cada vez mais liberta das restrições e barreiras regulatórias que até então limitavam seu campo de ação, a atividade financeira pode florescer como nunca antes, chegando a ocupar todos os espaços. Uma onda de inovações ocorreu nos serviços financeiros para produzir não apenas interligações globais bem mais sofisticdas como também novos tipos de mercado financeiros baseados na secundarização, nos derivativos e em todo tipo de negociação de futuros. Em suma, a neoliberalização significou "financialização" de tudo. Isso aprofundou o domínio das finanças sobre todas as outras áreas da economia, assim como o aparato do Estado e a vida cotidiana. (Harvey, D. 2005, p.27)

No cenário da dimensão sócio-espacial, o neoliberalismo funciona com a lógica mercantilista onde o território é o próprio capital. E como descreve a socióloga Saskia Sassen (2016), a corrida por aquisições de terras , que caracterizam esse sistema (neoliberal), produziram um espaço operacional global, que em grande parte, vai contra os interesses de grande parte da população e do capital local. Expulsões de pessoas de suas casas, de suas terras e empregos ofereceram um espaço operacional mais amplo ao acesso a terras e a recursos naturais por grandes empresas transnacionais.

> (...) a destruição gradual das economias tradicionais em áreas rurais preparou o terreno, literalmente , para algumas das novas necessidades do capitalismo avançado, em especial de terra para a agricultura em grande escala e acesso à água, metais e minerais. Embora a busca da satisfação dessas necessidades seja conhecida e já tenha ocorrido antes, o que estou dizendo é que agora ela faz parte de uma nova lógica organizacional, cuja validade e cujos efeitos mudam em um nível macro.(Sassen. S. 2016, p. 108)

Historicamente composto por crises financeiras, o capitalismo como rede moldada pela globalização, cria um efeito dominó entre os países através de mecanismos, como demanda por produtos de importação, preços internacionais de *commodities*[4], fluxos de capitais, etc. Como exemplo, a desaceleração na economia chinesa, afetou diretamente países fornecedores de minérios, como o Brasil, fazendo com que os preços destes baixassem. Observa-se que, em épocas de crise, a demanda por lucro é intensificada e como resultado tem-se o aumento do nível de

[4] Commodities são mercadorias consideradas como matéria-prima, produzidas em escala e que caso seja necessário, podem ser estocadas sem perda de qualidade. No Brasil temos como referência os minérios e gêneros agrícolas.

exploração da força de trabalho, assim como os índices de desemprego e instabilidade financeira. Tais questões repercutem na saúde mental das populações gerando transtornos como síndrome do estresse, bipolaridade, personalidade limítrofe e depressão, conhecida como a doença do século, marcada pela incerteza e impotência, mas com a construção do ideal de que tudo é possível com esforço.

Nesse contexto, as dinâmicas neoliberais operam e facilitam o desenvolvimento de instabilidade e vulnerabilidade social e econômica das populações, e o seu consequente adoecimento físico e mental. A depressão, por exemplo, afetava 322 milhões de pessoas no mundo, em 2015, segundo dados divulgados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), no Brasil foram quase 11,5 milhões atingidos pela doença. Dentre os fatores apontados para a alta desses números é a perda de esperança e rompimento de laços (familiares e territoriais), fragilizados pela competitividade capitalista (APARÍCIO, 2017). Como exemplo, podemos citar a reestruturação capitalista na China, que é líder na produtividade e, segundo a China Radio Internacional, tem o índice de aproximadamente 1600 mortes por dia, onde a maioria das vítimas são trabalhadores entre os 20 e 50 anos com empregos, tendo o óbito relacionado ao estresse de trabalho.

Sobre o fundamento neoliberal de ocupação do território, a escritora Saskia Sassen (2016) aborda o surgimento de novas lógicas de expulsões, causadas por, desde políticas elementares até instituições, sistemas e técnicas complexos, que requerem conhecimento especializado e formatos organizacionais intrincados. Como é o exemplo das técnicas avançadas de mineração, sobretudo o setor hidráulico, que tem o poder de transformar ambientes naturais em terras e águas mortas[5] (SASSEN, 2016.).

Nesse campo podemos citar, como exemplo, a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, na Amazônia paraense, que produziu refugiados em seu próprio país, arrancados do mundo ao qual pertenciam, e lançados em territórios que não reconhecem, devido a inundação de suas terras para instalação da superestrutura. A usina hidrelétrica de Belo Monte, teve sua construção iniciada em

[5] A socióloga Saskia Sassen usa o termo terras e águas mortas para identificar incapacidade do consumo ou uso da terra e água devido a todo tipo de poluição,oriunda da má utilização.

2011, e embora operando desde 2016, ainda está inacabada, com término de construção previsto para 2019. Localizada na bacia do Rio Xingu, próxima ao município de Altamira-PA, tem a pretensão de ser uma das maiores hidrelétricas do mundo, ficando atrás apenas da chinesa Três Gargantas e da brasileira Itaipu. O projeto, entretanto, é envolto em polêmicas causadas pelos impactos negativos, tanto nas comunidades ribeirinhas e indígenas, quanto ambientais. Os processos de remoção das quase 40 mil pessoas, para a instalação da usina, foram marcados por violações sistemáticas aos direitos humanos, tendo o Ministério Público Federal movido mais de 20 ações denunciando inconstitucionalidades e violências, entre elas uma ação por etnocídio[6] indígena.

Hoje, as famílias que antes dependiam do rio para pesca e transporte, assim como dez povos indígenas, têm que se adequar a alteração territorial que devastou o ambiente natural, deixou a água imprópria para o consumo em muitos locais e está extinguindo espécies de peixes. Além disso, a falta de planejamento adequado, fez de Altamira[7] a cidade mais violenta do Brasil em 2017 segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Parte disso se explica pelo aumento populacional com as obras de implantação, que passou de pouco mais de 77 mil habitantes no ano 2000, para 109.938 habitantes em 2016. Essa nova população, que chega de várias partes do Brasil para trabalhar nas obras, caracteriza-se em sua maioria por homens que acabam por aumentar os índices de assédios contra mulheres e crianças. Nos territórios onde a atividade extrativa mineradora é relevante, são registrados números crescentes dos chamados “filhos das minas”, crianças fruto de relações que duram o tempo do contrato dos trabalhadores que vivem nas cidades/vilas exploradas e depois retornam às suas cidades de origem deixando essas crianças órfãs de pai.

---

[6] Segundo definição do dicionário Dicio, em versão online, etnocídio significa: Destruição de uma etnia no plano cultural.< https://www.dicio.com.br/etnocidio/>Acesso em: 19/11/2018.

[7] Dísponivel em: <www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253> Acesso em 19 de junho de 2018.

Figura 01: Uma das ilhas do Xingu, desmatada e queimada para o enchimento de Belo Monte. Fonte:<https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/09/opinion/1462804348_582272.html>

Ainda que planejada, a instalação da hidrelétrica em Altamira, as consequências geradas não foram devidamente dimensionadas, e o preço pago pela população foi a perda dos seus modos e projetos de vida, territorialidades, meios de sustento, rompimento de laços comunitários, perda de tradições, rupturas em suas subjetividades e singularidades, dentre tantos outros aspectos.

A avaliação realizada pelo grupo Refugiados de Belo Monte[8], para o projeto Clínica de Cuidado[9], aponta que os ribeirinhos atingidos pela construção da barragem enfrentam dificuldades para se reconhecerem na nova forma de vida que lhes foi imposta, com subsequente adoecimento com sintomas físicos, como

[8] Projeto de *crowdfunding* coordenado por Ilana Katz, Eliane Brum e Christian Dunker, da Universidade de São Paulo (USP). Criado no intuito de construir um modelo de intervenção em saúde mental junto à população ribeirinha atingida por Belo Monte.

[9] Dispositivo de atenção ao sofrimento psíquico para atender aqueles que, em curto espaço de tempo, perderam as referências fundamentais de organização e funcionamento da própria vida, do Grupo Refugiados de Belo Monte da USP (Universidade de São Paulo).

hipertensão, diabetes, problemas cardíacos e os AVEs[10], e doenças mentais como depressão, como sintoma posterior à desfiguração do seu modo de vida.

> "Minhas criança não passava fome lá. Eu toda vida gostei de planta, de criação. Aqui não tenho terrinha pra trabalhar. A gente anda com fome, porque não tem onde plantar. E os filho pede comida pra mãe, não pro pai. A pequena diz: "Mamãe, quero comer. Mamãe, quero comer". Eu não tenho de onde tirar. Quando a gente come bem, assim, a gente dorme de noite. Mas, se a gente não come nada, não dorme." (Relato de Dona Maria, 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/16/opinion/1424088764_226305.html)

Figura 02: Dona Maria e seu marido Otávio, dois exilados do Xingu, pela usina de Belo Monte. Fonte: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/16/opinion/1424088764_226305.html>

Os mesmos sintomas encontrados em Belo Monte, como tragédia anunciada, são identificados no relatório PRISMMA[11], sobre a saúde dos atingidos do

[10] Acidente Vascular Encefálico - rompimento dos vasos que levam sangue ao cérebro, provocando a paralisia da área sem o fornecimento.

[11] PRISMMA - Diagnóstico de Saúde das Famílias Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão em Mariana desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa Vulnerabilidades e Saúde – NaVeS UFMG e com o apoio da Faculdade de Medicina da UFMG, Departamento de Saúde Mental, a pedido

rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG, dois anos após o desastre de 5 de novembro de 2015. Desastre sócio tecnológico[12] que levou ao trauma e consequente adoecimento da população após a desterritorialização abrupta que causou. A percepção de risco de morte, perda de moradia, perda de amigos e familiares, discriminação e a percepção de contaminação da lama e riscos à saúde, foram relacionados a elevada taxa de depressão entre os indivíduos atingidos. Além da depressão, foi detectado o aumento de casos de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), transtorno de ansiedade generalizada (TAG), transtorno por uso de substâncias (TUS) e índices de suicídio. Concluindo, essa pesquisa identifica a extrema vulnerabilidade quanto à saúde mental da população atingida de Mariana/MG, após dois anos terem se passado do desastre.

> "Agora, estamos sós. Só nós e a lama. A solidão adoece a gente. A solidão, a injustiça, tudo isso dói de um jeito que não passa. A gente nem lembrava dessa barragem e ela acabou com a nossa vida numa noite. Quem causou isso não está nem aí para a gente. Eu não sei o que passa pela cabeça dessas pessoas." Relato de Marta de Jesus Arcanjo Peixoto, que morava em Paracatu de Baixo." (Disponível em: < http://www.olharjornalistico.com.br/index.php/video-cast > Acesso em: 25 de junho de 2018)

O município de Mariana está localizado na região sudeste de Minas Gerais, faz parte da mesorregião metropolitana de Belo Horizonte, e da Microrregião de Ouro Preto juntamente com os municípios de Diogo de Vasconcelos, Itabirito e Ouro Preto. Segundo censo do IBGE de 2018, conta com uma população de 60.142 habitantes. Possui 10 distritos e 25 subdistritos, entre eles Bento Rodrigues, Camargos, Bicas, Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Borba, Pedras e Campinas atingidos Rompimento da Barragem de Fundão, pertencente a empresa mineradora Samarco, no dia 5 de novembro de 2015. Pertence ao Quadrilátero Ferrífero, a maior região produtora de minério do país, e tem sua economia fortemente ligada a atividade extrativa mineral desde sua fundação.

---

da Cáritas Brasileira regional Minas Gerais. Os dados e resultados obtidos na pesquisa serão abordados no Capítulo 3.

[12] Segundo SANCHES e outros autores consultados para composição deste trabalho, adota-se a nomenclatura de desastre sócio tecnológico para o rompimento da barragem de Fundão. Por tratar-se de um evento trágico coletivo, onde as empresas envolvidas sabiam da possibilidade do rompimento. Mesmo quando for utilizada apenas a palavra desastre, é neste contexto mais extenso que se compreende o ocorrido. (SANCHES, NOGUEIRA, 2017)

Figura 03: Localização do Município de Mariana . Fonte: BASE CARTOGRÁFICA. Editado por Victória Manfredini - 14/11/2018. Sem escala.

Com a economia pouco diversificada e dependente do extrativismo mineral, o município de Mariana passa por uma reestruturação após o rompimento da barragem de Fundão, da empresa Samarco, no dia 5 de novembro de 2015. Dentro deste contexto a população das comunidades atingidas vivem o processo de expulsão, descrito pela sociologa Saskia Sassen (2016), que será abordado a seguir.

2.1 - Expulsões aplicadas ao território de Mariana/MG: O Rompimento da Barragem de Fundão

Dentro da lógica das expulsões, encontra-se o extrativismo mineral, responsável pelo desastre em Mariana e por diversos outros conflitos que acabam por definir transformações nos territórios. A história da América Latina é marcada pelo avanço predatório sobre os recursos minerais, que muitas vezes pauta a dinâmica de ocupação territorial.

Objetivando como produto resultante as *commodities,* o extrativismo mineral, decreta a invisibilidade de comunidades tradicionais e povos do campo, fazendo do território e da natureza meros recursos a disposição do capital, sobre a lógica predatória neoliberal de dominação do mais fraco e apropriação da natureza. Como exemplo dessas transformações territoriais e subsequentes expulsões, podemos citar a implementação e o rompimento da Barragem de Fundão na cidade de Mariana, Minas Gerais.

> Conformações geomorfológicas, atributos minerais e demais riquezas naturais são alguns dos predicados regionais que mais atraem investidores. Como refletem Harley Silva e Igor Santos (2017), ao longo da história mundial, economia e geografia tem se relacionado de forma muito peculiar. "A trajetória sócio-econômica-espacial" de cada região, como denominam, tem sido marcada pelo "globalizante processo de reprodução do capital" que parte de especulações guiadas por sua geografia. (XAVIER, C. 2017)

O Direito Minerário brasileiro sustenta-se por princípios básicos, sendo um deles, de matiz constitucional, referente ao qual as riquezas minerais existentes no subsolo são de propriedade da União Federal (CF, art. 20, inciso IX e art. 176, § 1o). Seguindo isto, a exploração do subsolo possui primazia dos interesses da mineração, sejam eles as áreas a serem lavradas, as cavas, terrenos para construção de equipamentos, vias e depósitos de rejeitos, dentre desses, as barragens.

A instalação da infraestrutura de uma mineradora altera radicalmente o espaço e a paisagem. A demanda por uma extensa área para as atividades de extração/transporte/transformação do minério, além das instalações empresariais e

operacionais atingem as comunidades locais, por vezes, exigindo sua realocação. A estruturação de mineradoras, ainda impactam o cotidiano das cidades do entorno, pela necessidade de implantação do sistema rodoviário para transporte do minério e seus insumos, o consumo de água no processo de beneficiamento, a poluição aérea, sonora e dos rios, instalação e a necessidade de mão de obra barata, afim de garantir os lucros, dependência econômica, dentre outros fatores.

Figura 04: Barragem de Fundão, da empresa Samarco, antes de seu rompimento já provocava alterações na paisagem. Fonte: Jornal Exta. Disponivel : < https://extra.globo.com/noticias/brasil/rompimento-de-barragem-deixa-mortos-desaparecidos-em-mariana-mg-17975633.html> Acesso em: 18/12/2018.

A indústria extrativa mineral tem uma representação na economia nacional, como mostra o gráfico abaixo, sendo responsável por uma receita de US$24 bilhões no ano de 2016, segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). Com cerca de 8.870 empresas dedicadas à exploração mineral, de acordo com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), e aproximadamente 663 mil postos de trabalho diretos, cria um vínculo de dependência econômica nos municípios em que se instala. No município de Mariana, que propomos explorar como campo de estudo, no ano de 2015 obteve cerca de 59,8% da arrecadação municipal decorrente da indústria, em grande parte da extrativa mineral, segundo dados do IBGE. O gráfico abaixo aponta a relevância da indústria extrativa para a receita nacional, sendo a

mineração autora de 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, segundo dados do IBGE em 2016.

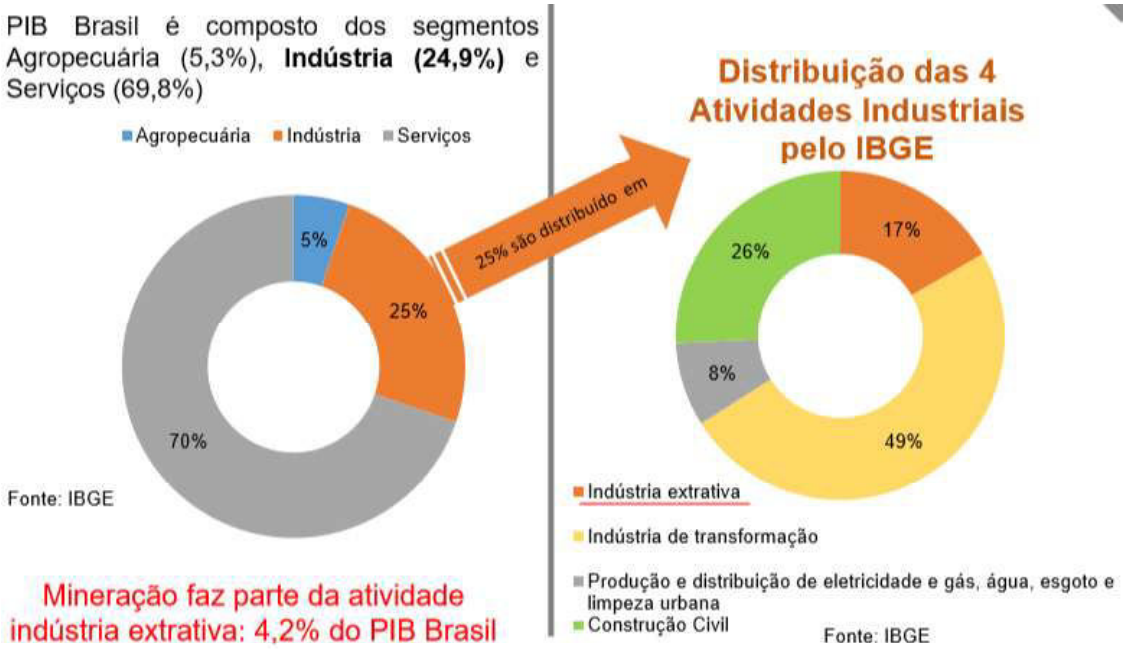

Figura 05: Gráfico da composição do PIB nacional no ano de 2016. Fonte: Instituto Brasileiro de Mineração.

Figura 06: Influência do Setor Mineral na economia do Brasil em 2016. Fonte: Instituto Brasileiro de Mineração.

Essa dependência é reforçada por políticas e práticas públicas de incentivo a mineração, sendo recorrente o financiamento de campanhas eleitorais por empresas mineradoras. A Vale, por exemplo, financia a maioria dos partidos reconhecidos juridicamente no Brasil, obtendo comportamentos político-administrativos complacentes a seus interesses. O setor de extração mineral possui uma relação estrutural com o Estado brasileiro. Identifica-se um grande financiamento de campanhas eleitorais por empresas do grupo Vale a políticos dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, independente do viés ideológico.

Segundo Malerba e Milanez (2012), ao criar mecanismos que garantem o aumento no ritmo de exploração mineral, o Estado, ainda que em nome da geração de divisas que viabilizem políticas de redução da pobreza e desigualdade social, impulsiona um processo de despossessão, muitas vezes autoritária e violenta, dos grupos sociais nos territórios.

> O discurso oficial do Estado brasileiro nas suas diferentes escalas de atuação, assim como nos termos dos empreendimentos criados pelas grandes empresas capitalistas quando da implantação de um grande projeto econômico – em especial os de mineração – está recheado de palavras e expressões-jargões como progresso, modernidade, desenvolvimento, planejamento estratégico, interesse e soberania nacional. (ANTONINO, L.Z., 2017)

Por sua vez, o mercado de mineração possui economia volátil, onde o rompimento da barragem de Fundão em 2015 marcou o fim do mega ciclo de *commodities* que ocorreu na primeira década dos anos 2000, com a alta dos valores de minério e posterior queda a partir de 2011 (ZONTA, M.; TROCATE, 2016). Com as oscilações de preço do minério, as empresas mineradoras, traçam estratégias de produção visando apenas a manutenção do lucro, como elevação da produtividade e redução de custos operacionais.

Nessa situação, a terceirização do quadro de funcionários passou a ser adotada como medida econômica, além dos trabalhadores, diretos e indiretos, serem submetidos a condições precárias, com uso intensivo de força de trabalho e longas jornadas, resultando em elevados índices de acidentes de trabalho. A

aceitação da precariedade de trabalho, está relacionada a reduzida diversidade da estrutura econômica nos municípios em que a indústria extrativa mineral se instala, que apesar dos impactos negativos causados, a geração de emprego é relevante na escala local. A pobreza e falta de oportunidade fazem com que a população dependa da mineração, e assim, a indústria extrativa mineral encontre no meio fragilizado, a aceitação de seus impactos socioambientais.

> (...) Nesse sentido, a pobreza e a desigualdade das regiões mineradas e sua dependência da IEM se retroalimentam e asseguram a sobrevivência de ambas. De um lado, a pobreza facilita a instalação das atividades extrativas e a aceitação de seus impactos; enquanto, de outro, as operações da IEM dificultam a instalação de outras atividades econômicas, contribuindo para a redução da diversidade da estrutura econômica, sendo a dependência da atividade criada e reforçada por investimentos públicos e privados. Em particular, a estrutura econômica de Mariana sustenta e reforça a minério-dependência e perpetua uma situação agravada de fragilidade ambiental e social. (ZONTA, M.; TROCATE, 2016, pág. 7)

Com a contratação de agências especializadas em comunicação e gestão de impactos sociais, as mineradoras propagam o discurso pró-mineração, de sustentabilidade e responsabilidade social. Com o financiamento de projetos e parcerias público-privadas, visam mitigar os impactos negativos das atividades mineradora na comunidade e antecipar-se aos conflitos socioambientais.

> Com essa retórica bem elaborada, uma boa quantidade de pessoas da sociedade é convencida e passa a reproduzir esse pensamento de enaltecer atividades de "desenvolvimentos sustentáveis". Algumas mineradoras apresentam "licenças sociais" duvidosas, somado a falta de transparência em debates junto à sociedade, quando não ocorrem audiências públicas falaciosas. As promessas de geração de empregos e desenvolvimentos regionais de cadeias produtivas são outras formas de ludibriar a opinião pública, contando com ações e investimentos pesados de marketing e propagandas. (ANTONINO, L.Z., 2017 p.7)

Com a necessidade de encontrar meios lucrativos, a indústria extrativa mineral, como um dos maiores vetores neoliberal na economia brasileira, vem promovendo a transformação do território e da saúde das populações. Com apoio do Estado sobre um falso pretexto de desenvolvimento econômico, vem modificando as esferas ambientais, sociais e individuais das populações vulneráveis social e economicamente pela lógica predatória capitalista. Tendo o minério como recurso e capital, e seguindo essa lógica, de se apropriar do próprio território como capital; os

processos de expulsão e desterritorialização, que cada vez mais presenciamos, constituem os novos agenciamentos da lógica sistêmica capitalista que vem se afirmando na economia política global a partir dos anos 1980. (SASSEN.S 2016)

Os processos de desterritorializações e expulsões desencadeados pelo rompimento da barragem de Fundão, sua capacidade de destruição física e também simbólica vem ao longo desse tempo causando nos atingidos e atingidas, seja nas crianças, jovens, adultos ou idosos processos de adoecimentos, seja da saúde física ou mental. Este trabalho se abre nessa direção, associar as expulsões de pessoas, faunas e biomas como brutalidades impostas pelo setor mineral neoliberal a saúde física e mental da população atingida; cartografar, mapear e relacionar os impactos dessas desterritorializações nos corpos micropolíticos dos moradores e moradoras das áreas atingidas de Mariana/MG.

A empresa Samarco, criada em modelo *joint venture*, pelas companhias Vale e Anglo Australiana BHP Billiton, é a responsável pelo rompimento da Barragem de Fundão em Mariana/MG, no dia 5 de novembro de 2015, um dos maiores desastres ambientais do Brasil, de proporções catastróficas para as populações afetadas. Este desastre sócio tecnológico acarretou em 19 mortes de imediato liberando aproximadamente 60 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos de mineração que percorreu cerca de 600km entre os rios Gualaxo do Norte, Rio do Carmo e a Bacia do Rio Doce até chegar a sua foz em Regência- ES.

Figura 07: Destruição de Bento Rodrigues após rompimento da Barragem de Fundão. Fonte: < https://oglobo.globo.com/brasil/tragedia-em-minas-barragem-nao-tinha-sirenes-de-alerta-populacao-17983786>

Esse desastre sociotecnológico acarretou a desterritorialização de comunidades e provocou/provoca danos sócio-espaciais e ambientais, irreversíveis, como a perda dos modos e projetos de vida, laços familiares, territoriais e comunitários, meios de sustento e o consequente adoecimento (físico e mental[13]) das populações atingidas. Essas perderam casas, criações, a horta, o quintal, o rio, os peixes, as festas da igreja e até o cemitério. Perderam parte da história que compunha suas subjetividades.

[13] O adoecimento mental pós rompimento será mais amplamente abordado no capítulo. 3.3

Figura 08: Procissão segue pelas ruínas de Bento Rodrigues para celebrar o dia de Nossa Senhora das Mercês, realizada em setembro de 2016. Fonte: Acervo Alexandre Guzanshe.

A população atingida, constituída majoritariamente por negros e comunidades rurais, ribeirinhos, indígenas, quilombolas e moradores de assentamentos de reforma agrária, sofreram e continuam sofrendo com as decorrências da expulsão abrupta, após o rompimento da barragem de Fundão. Essas populações passaram a viver em uma luta assimétrica e cotidiana com Samarco/ Vale/ BHP Billiton, hoje representadas pela Fundação Renova[14], reivindicando por seus direitos a reparação, ressarcimentos ou outras formas de indenizações.

Analisando a constituição da Samarco S.A. é possível afirmar que houve uma estratégia por parte do grupo *BHP Billiton* em gerar uma "desresponsabilização operacional" sobre as atividades realizadas pela Samarco S.A no ano de 2000. Com a entrada da Vale S.A na sociedade, houve uma reestruturação societária para um modelo de *non operated joint venture*, modelo que se baseia na transferência de

[14] A Fundação Renova foi criada, por meio de um Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado entre Samarco, Vale e BHP, os governos federal e dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, além de uma série de autarquias, fundações e institutos, após o rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em Mariana (MG), em novembro de 2015.Tem como proposta reparar os danos causados pelo rompimento.

toda a responsabilidade jurídica e operacional de uma empresa para apenas uma das sócias, no caso, das operações da Samarco para a Vale. (SANTOS; MILANEZ; MANSUR, 2016).

A atividade extrativista é responsável por 16,9% do PIB industrial brasileiro, segundo dados do IBGE de 2013. Sua contribuição na economia nacional faz do extrativismo fator expressivo no cenário político-econômico, reforçando seu *modus operandi* neoliberal, em que território é capital e a população vinculada a este território se torna irrelevante. A socióloga Saskia Sassen (2016) descreve o processo de expulsões territoriais como um efeito brutal do capitalismo global, onde a capacidade das finanças de gerar capital estimulam o desenvolvimento dos sistemas de financeirização e inovações, atingem diretamente a população vulnerabilizada economicamente.

> Essas capacidades deveriam ter servido para desenvolver a esfera social, para ampliar e fortalecer o bem-estar de uma sociedade, o que inclui trabalhar com a biosfera. Em vez disso, quase sempre serviram para desmembrar o social por meio de uma desigualdade extrema, para destruir boa parte da vida prometida pela democracia liberal à classe média, para expulsar pessoas pobres e vulneráveis de terras, empregos e casas, e para expulsar pedaços da biosfera de seu espaço virtual. (SASSEN, S. 2016, p. 13)

No caso de Mariana, o estudo do desastre-crime[15] aponta que os riscos da instalação da barragem de Fundão, no Complexo da Mina Alegria, constituído pelas barragens de Fundão, Germano e Santarém, foi assumido pela viabilidade econômica do projeto. Com o esgotamento da Barragem de Germano, foram previstas expansões e a empresa buscou locais para a instalação de uma nova barragem, sendo eles os vales dos córregos de Fundão, Natividade e Brumado. As outras duas opções não apresentavam riscos diretos às comunidades vizinhas, em caso de rompimento, o que não foi o caso de Fundão, escolhida, mesmo com a ciência dos riscos, por representar economia para a empresa em se instalar e reaproveitar todo o sistema já presente.

[15] O Rompimento da Barragem de Fundão será tratado como desastre-crime, uma vez que a SAMARCO (Vale/BHP Billiton), já havia sido alertada sobre o risco de rompimento, e comitente a inércia dos órgãos licenciadores, decidiu manter a barragem operando, colocando assim, conscientemente, em risco a vida da população nas áreas de interferência da barragem.

O processo de licenciamento da Barragem de Fundão, que se iniciou em 2005, foi supervisionado pelo Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM) e pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), sendo apresentados Estudos de Impacto Ambiental (EIA) para aumento da produtividade em 2011, 2012 e 2013, relacionados aos picos de preço do minério de ferro.

Somando a isso, a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), que atua junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), publicou o "Inventário de barragens de Minas Gerais[16]" classificando as barragens de acordo com sua estrutura, tamanho e estabilidade, onde 33 barragens apresentavam estabilidade não garantida, e a Barragem de Fundão foi considerada estável de acordo com laudos e parâmetros. (MARQUES, M., FERNANDES, A. 2017)

Contrariando os relatórios realizados pela FEAM e DNPM, no dia 5 de novembro de 2015, às 16:20 a Barragem de Fundão se rompeu, despejando uma onda de lama, contaminada por minério de ferro, arrastando pessoas, soterrando comunidades, adoecendo territórios e destruindo a biodiversidade. O que ocorreu foi um rompimento previsto com o aval do Estado ao emitir licenças de instalações válidas e utilizadas como arma para o crime. (MARQUES, M., FERNANDES, A. 2017)

É importante também assinalar que a população atingida é composta majoritariamente por grupos étnicos em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica. Entendemos que se trata de uma questão relacionada ao racismo ambiental que:

> [...] se refere a qualquer política, prática ou diretiva que afete ou prejudique, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, pessoas, grupos ou

[16] INVENTÁRIO DE BARRAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Fundação Estadual do Meio Ambiente. 2014. Disponível em: http://www.feam.br/images/stories/2015/DECLARACOES_AMBIENTAIS/GESTAO_DE_BARRAGENS/correo_inventrio%20de%20barragens_2014_final.pdf. Acessado em: 16 de junho de 2018.

> comunidades por motivos de raça ou cor. Esta idéia se associa com práticas industriais encaminhadas a favorecer as empresas impondo altos custos às pessoas de cor. Essas questões estão associadas às "injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre essas etnias e populações mais vulneráveis, tenham elas ou não intenção explicitamente racista. (PACHECO, 2016).
>
> [...] O desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton pode ser enquadrado ainda na condição de racismo ambiental, tendo em vista que há uma tendência de intensificação das situações de risco que atingem comunidades com população predominantemente negra causadas pela proximidade da exploração mineral de ferro e das barragens de rejeito da Samarco. Bento Rodrigues, com uma população aproximadamente 85% negra, se encontrava a pouco mais de 6 Km da barragem de rejeito rompida e 2 Km da barragem do Santarém; Paracatu de Baixo, com 80%, se situava a pouco mais de 40Km a jusante da barragem rompida (seguindo o curso do Rio Gualaxo do Norte); o povoado de Gesteira, afastado aproximadamente 62 Km da barragem, apresenta 70,4% da população negra, e a cidade de Barra Longa, com 60,3% da população negra, dista cerca de 76 Km da barragem. Foram, sobretudo, essas comunidades negras as que mais sofreram com as perdas humanas e com os impactos materiais, simbólicos e psicológicos do evento. (WANDERLEY, 2015 Apud ZONTA, M.; TROCATE, 2016, pág. 33)

Em situação de sofrimento social, os atingidos passam a conviver com o adoecimento, consequência das alterações em seu cotidiano, como alimentação, relações familiares e comunitárias, perda de bens e meio de sustento, exposição direta e indireta a lama de rejeitos de minério, transtornos pós-traumáticos, dentre outros. Segundo o Relatório de avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão, realizado pelo Grupo Força Tarefa por solicitação do Governo do Estado de Minas, os danos à saúde da população são variados, tendo surgido situações que vão desde o atendimento aos feridos até grandes preocupações com a saúde psicológica dos atingidos. Os principais problemas observados são relacionados a exposição de animais a doenças graves, interrupção de serviços de vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador) e o impacto psicológico.

> "[…] eu chamo Maria Geralda, nasci e criei minha família aqui. Tá fazendo um ano que a lama veio, levou tudo e eu tô sem nada, tô no ar. Tô em Barra Longa, estou sendo despejada de casa. Não tenho para onde eu ir. Eles não estão dando indenização nenhuma para gente. Fiquei doente, a lama fez uma pneumonia em mim. Eu tô em tratamento. Tá em tempo da gente morrer e não vê a casinha da gente, que a gente tinha. Desde os 8 anos que trabalhava na roça e hoje eu não tenho nada. Tá tudo perdido aí, ó e a Samarco não dá nada. Não tá dando valor ao que a gente perdeu. A gente não pedia nada. O que eu tinha era por suor dos meus braços. Não

dependia de ninguém. Hoje eu tô sem nada, tô sofrendo e doente. A lama está acabando comigo. Não tenho alegria não. To sem rumo na minha vida." Relato de Dona Maria Geralda, 2016. Disponível em: https://catracalivre.com.br/geral/sustentavel/indicacao/lama-fezuma-pneumonia-em-mim-diz-dona-geralda-de-79-anos/).

Figura 09: Maria Geralda Bento. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Observatório do Reassentamento, DEARQ/UFOP, 2016.

Félix Guattari (1989) problematiza em seu livro As Três Ecologias, o que Dona Maria Geralda fala por experiência, as decorrências dos impactos ambientais nas esferas sociais e subjetivas.

> As formações políticas e as instâncias executivas parecem totalmente incapazes de apreender essa problemática no conjunto de suas implicações. Apesar de estarem começando a tomar uma consciência parcial dos perigos mais evidentes que ameaçam o meio ambiente natural de nossas sociedades, elas geralmente se contentam em abordar o campo dos danos industriais e, ainda assim, unicamente numa perspectiva tecnocrática, ao passo que só uma articulação ético-política — a que chamo ecosofia — entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) é que poderia esclarecer convenientemente tais questões. (GUATTARI, F. 1989. p.8)

Ao associar a ecosofia desenvolvida por Guattari (1989), ao desastre-crime de Mariana, temos que a partir do rompimento da Barragem de Fundão, os impactos ambientais ocasionados pela onda de rejeitos, levaram a perda territorial e os modos

de vida dos atingidos (direta e indiretamente) o que os leva a alterações sociais e subjetivas. Os processos de desterritorialização, além da perda do território afetam diretamente a psiquê, à medida que causam impactos em seus cotidianos, laços afetivos, fonte de renda, estabilidade, expectação e fragmentação familiar, dentre outros lutos.

No sentido que Guattari nos coloca:

> A noção de território é entendida aqui num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. (GUATTARI e ROLNIK, 1993:323. Apud MARQUES, 2010: 52)

As brutalidades[17] (expulsões) atingem as dimensões das subjetividades e singularidades das populações atingidas. Quando dona Maria Geralda fala "a lama fez uma pneumonia em mim", não diz que a lama trouxe a patologia, mas a alteração de seu modo de vida que a levou desenvolvê-la. O mesmo sofrimento acometeu o filho de Dona Maria Geralda, em forma de depressão, que veio a falecer em 11 de novembro de 2018.

> " Ele sente muita falta, fica chorando, tá triste. Começou com a depressão. Sentindo falta de ficar junto, porque, lá em casa (Gesteira), ele tinha a casinha dele perto de mim, eu fazia tudo pra ele, ajudava ele no curral. Almoçou, Reginaldo? Reginaldo, vamos almoçar! Agora não come mais, não almoça direito. Eu não durmo, se falar que ele tá triste, eu não durmo, fico sem sono." (Relato de Dona Maria Geralda ao Jornal A Sirene, Ed. 28 - 05/07/2018.)

Entende-se que o crime está para além do dia 05 de novembro com o rompimento da barragem, ele vem sendo atualizado nesses três anos pós-desastre. Os efeitos da violência e da destruição causadas pela lama, que é física, mas também simbólica, atingem diferentes dimensões das subjetividades e singularidades de cada um. Após o rompimento da barragem, os relatos de sofrimento, medo, desamparo, angústias e incertezas se mostram cada vez mais presentes e intensos nas falas dos atingidos e atingidas . Isso permite compreender que a vivência da tragédia se perpetua e se atualiza cotidianamente na morosidade e nas violações praticadas pelas empresas nas muitas e longas reuniões, na

[17] Conceito utilizado por Saskia Sassen, em seu livro Expulsões: Brutalidade e Complexibilidade na Economia Global, tendo os processos de expulsão relacionado a brutalidade.

indefinição, na negação de direitos, nas mediações, nas suas negociações.

> "A Fundação Renova está enrolando para a reconstrução de Paracatu. Nossas esperanças e sonhos estão paralisados. Vivemos nesta angústia de saber que dia voltaremos para nossas casas. As crianças pedem todos os dias para voltar pra casa e ficamos sem resposta", Relato de Luzia Queiróz Disponível em: < http://www.mabnacional.org.br/noticia/trag-dia-21-meses-depois-nenhum-tijolo-em-bento-rodrigues-e-paracatu-baixo-0 >. Acesso em 20 de junho de 2018

Figura 10: O casal Luiza Queiroz e Caetano Paulino da Silva, retornam a sua casa destruída pelo tsunami de lama que inundou o vilarejo de Paracatu de Baixo, em Mariana. Fonte: https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,inimaginaveis-cinco-metros-de-lama,70002072215. Acesso em 20/06/2018.

O que se percebe pós rompimento é que as vítimas estão longe do ressarcimento, e mais longe ainda da reconstrução das suas vidas. Esse distanciamento temporal é importante para as empresas envolvidas para poderem realizar indenizações individuais irrisórias, pontuais, vencendo os atingidos pelo cansaço, pela incerteza e pelo adoecimento. Nas aproximações com as populações e áreas atingidas é possível reconhecer o fator tempo; morosidade por parte das empresas em ressarcir, reassentar ou indenizar as vítimas; os processos de adoecimento físico e mental causados pela expulsão dessas populações de seus territórios de modo abrupto no dia do desastre e de modo continuado nesses três anos.

O que torna esses estudos necessários em torno de Fundão é que não se trata de fato isolado, os processos de expulsão constituem novos agenciamentos da lógica sistêmica neoliberal. Problematizar as relações entre os processos de desterritorialização e os processos de adoecimento e vulnerabilização da população atingida contribui para visibilizar os mecanismos de poder utilizados pela empresa e estado e sua relação assimétrica com a população atingida. Trata-se de aprofundar o estudo de conflito e disputa de terras e buscar contribuir na luta dos atingidos.

> "Tem uma hora que basta. A gente fica doente de tanta injustiça. Não adianta só tomar remédio. Nos tiraram tudo, deixaram meus filhos doentes. Fazem reuniões, reuniões, reuniões. E não resolvem nada. Só enrolam. A justiça não anda. Mas o desespero, isso é todo dia. Conto o que estamos passando porque preciso desabafar, queria ter esperança que as coisas pudessem melhorar." Relato de Eliana da Silva, que morava em Paracatu de Baixo. Disponível em: < http://www.olharjornalistico.com.br/index.php/video-cast > Acesso em: 25 de junho de 2018.

O relato de Eliana mostra que é necessário registrar e problematizar os processos de ruptura dos laços familiares e comunitários e a dispersão dos atingidos. "A capacidade de resolver problemas tem um forte componente coletivo em comunidades rurais unidas, que são como família estendidas, como as de Paracatu e Bento Rodrigues. A resiliência é do grupo. Sozinhas, as pessoas se tornam vulneráveis. O meio urbano é individualista. O rural, coletivo" afirma o psiquiatra Frederico Garcia, do Departamento de Saúde Mental da UFMG e um dos coordenadores do Diagnóstico realizado pelo PRISMMA.

Ainda no estudo do diagnóstico, foi detectado o desgaste que vive a população atingida pelo rompimento da barragem, que refletiu em um sentimento de desconfiança e temor. Na fala de Eliana: "Fazem reuniões, reuniões, reuniões. E não resolvem nada. Só enrolam.", vemos o reflexo dessas agendas esgotadas, do crime continuado de Fundão, que está levando ao adoecimento dessa população desterritorializada e sem prazos para os ressarcimentos.

Para compreender o processo e os impactos do adoecimento do corpo (que é físico e mental) dos atingidos pós ruptura da barragem de Fundão, no próximo capítulo, exploraremos as instâncias do trauma vivido no dia 5 de novembro de

2015, a perda de seus territórios e ação do crime continuado e perpetuado ao longo desses três anos.

CAP 3 - DIA 5 DE NOVEMBRO DE 2015 E A RUPTURA SISTÊMICA

O trauma é qualificado por um acontecimento, que persiste em seguir na memória, desordenando a estrutura temporal do sujeito, causando severa dor emocional. Traz consigo, o que Seligmann–Silva denomina “teor de irrealidade”, que “desconstrói o próprio teor de realidade do restante do mundo” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 69). Uma ferida aberta na alma, ou no corpo, por acontecimentos violentos, mas que não conseguem ser elaborados simbolicamente, em particular sob a forma de palavra, pelo sujeito (GAGNEBIN, 2006, p. 99). Os atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, carregam esse sentimento, sendo revividos constantemente devido a morosidade nos processos por ressarcimentos e reparações aos quais são submetidos nos seus cotidianos nesses três anos pós rompimento.

Segundo Beatriz Sarlo, para quem “não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração” (2007, p. 24). Nessa lógica, partimos dos testemunhos dos atingidos de Mariana, para assim entender o trauma vivido no dia 5 de novembro de 2015, e então buscar compreender como se perpetuou o estado da psiquê em que encontram-se, passados três anos.

Como apresentado anteriormente, no dia 5 de novembro de 2015 a barragem de Fundão se rompeu liberando aproximadamente 60 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos de mineração, que percorreu aproximadamente 600 km entre os rios Gualaxo do Norte, Rio do Carmo e a Bacia do Rio Doce até chegar a foz do Rio Doce em Regência- ES. Em Mariana, território de estudo deste trabalho, poucos minutos após o rompimento a lama tóxica atingiu o distrito de Bento Rodrigues, destruindo completamente o local, carregando a destruição pelos distritos de Camargos, Bicas, Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Borba, Pedras e Campinas nas horas seguintes.

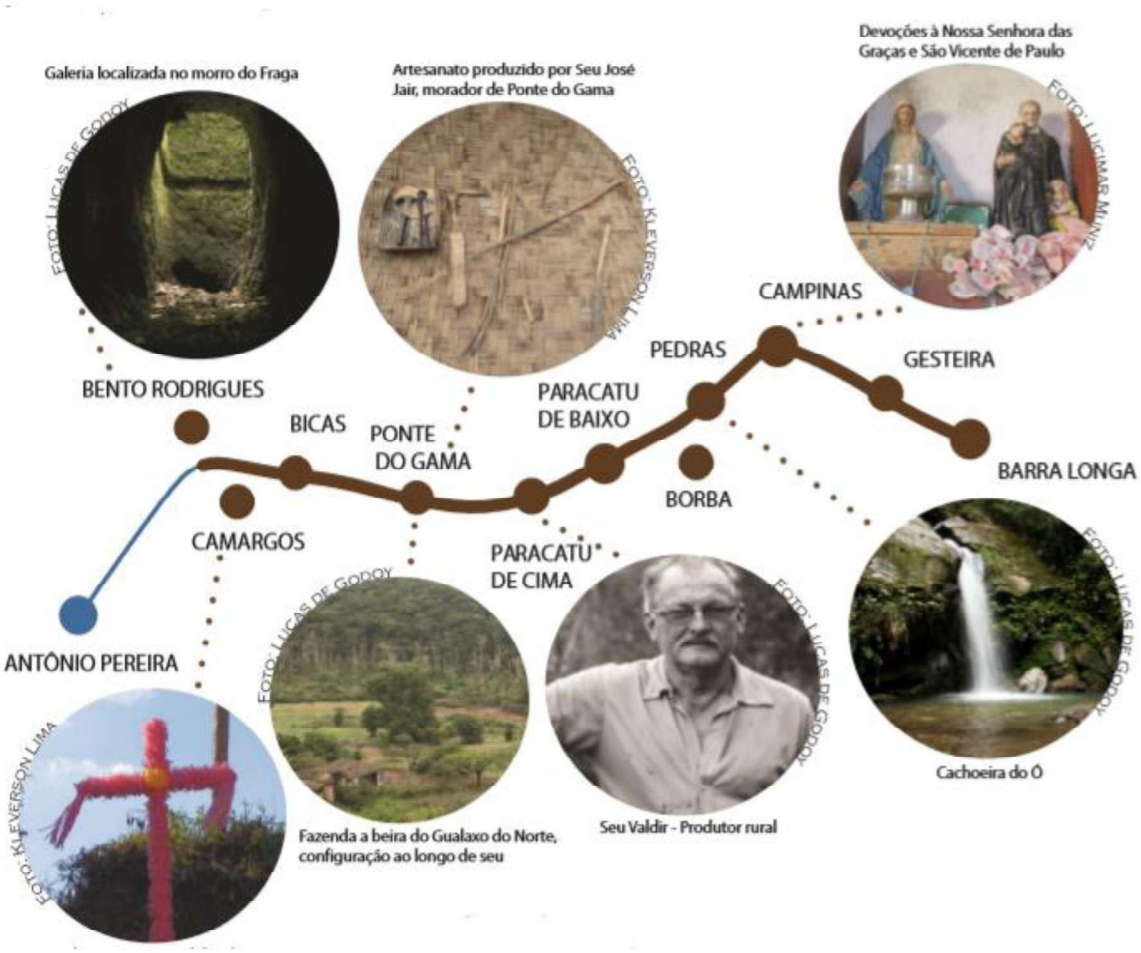

Figura 11: Mapa ilustrativo do trajeto da lama de rejeitos no território de Mariana. Fonte: Jornal A Sirene - Ed. 15 - 05/06/2018. Autor: Carlos Paranhos.

O rompimento da barragem, como um desastre-crime, agrava o trauma vivido pelos atingidos cotidianamente desde o dia 5 de novembro de 2015, com os processos de negociações aos quais essas comunidades são submetidas pelo Estado e pelas empresas. A violência com a população atingida, exposta antes mesmo do rompimento, nos processos de licenças ambientais ou de operacionalização, manifesta-se, por exemplo, na ausência do dispositivo de alarme para avisar os moradores do rompimento, furtando o tempo hábil para que os habitantes das comunidades fossem retirados em segurança. Como mostram o relatos apresentados a seguir, a notícia do rompimento, trouxe o caos para muitas famílias, que viram suas vidas sendo arrastadas por uma onda de lama de rejeito de

minério. Muitos se machucaram na correria para escaparem, muitas famílias se perderam na confusão e 7 pessoas, das comunidades atingidas, morreram.

> "Na hora que soube que a lama descia, segurei meu menino de dois anos e fui para a casa da vizinha, que era mais alta que a nossa. Acreditávamos que ela ficaria apenas a alguns centímetros. Eu pensei que o barro viria e depois a gente limparia. Foi o tempo de entrarmos e subirmos no sofá. Segurei meu sobrinho pelo braço direito e meu filho no braço esquerdo. Eu ia correr, mas não consegui subir o morro. Minhas pernas travaram. Olhei para trás e vi meu irmão com meus três sobrinhos em apuros e voltei para ajudá-lo. Ele com o filho de quatro anos no colo e o outro atrás dele. Quando percebemos a lama dentro da casa, já estava na altura do joelho. A residência dela era grande e quando vi o fundo caindo, como se fosse um papelão se amassando, com a lama engolindo tudo, segurei os meninos com a força que eu tinha. Quando afundei e voltei, a primeira coisa foi olhar para meus braços e certificar se as crianças ainda estavam comigo, mas eu os perdi. Rezei na hora a Deus para proteger meus filhos, meu irmão e meus sobrinhos desta porcaria toda. E quando eu pensava que estava livre, vinha outra onda e me mandava mais longe. Aí eu me levantava para reconhecer onde estava e não via ninguém. Pensei em me agarrar em alguma coisa, mas tudo que eu segurava afundava. E as ondas me arrastavam. Eu pedi a Deus que se fosse da vontade Dele, deixasse meu filho sobreviver, mas se fosse para ele morrer, eu entenderia. Foi quando senti meu filho sair da minha barriga, caindo pelas minhas pernas. Pode ter sido melhor assim, pois engoli tanta lama que ele poderia nascer sem saúde. Vi um caule de bananeira e debrucei em cima, peguei uma folha de palmeira e fiquei acenando. Pedi ajuda para um homem que vi de longe, mas tudo que eu agarrava para chegar mais perto dele afundava. Ele jogou um galho de árvore e me puxou. Eu já estava fraca e quase sem voz. Depois ele conseguiu resgatar meu sobrinho também." (Relato de Priscila, moradora de Bento Rodrigues, em 14 de novembro, para Justiça Global).

> "Porque falha foi. Foi uma falha porque antes disso, porque eles já sabiam que corria risco essa represa. Então qual a obrigação deles? De colocar a sirene aqui e no Bento, em vários setores. Mas nunca fizeram nada. Achou que nunca ia acontecer. Espera acontecer pra depois agir. Então foi uma falha muito grande. Eu acho, considero assim, não entendo de geologia, não entendo de nada, mas eu acho que foi uma falha muito grande deles com o ser humano e com o meio ambiente." (Entrevista concedida à Justiça Global, em 13 de novembro, 2015)

Figura 12: Kaique, filho de Priscila, se diverte no ginásio de Mariana após sobreviver ao trauma. Foto: Matheus José Maria/Agência AVA. Disponivel em: < https://www.vice.com/pt_br/article/d7g5mx/vida-e-morte-em-mariana> Acesso em 30/11/18

O rompimento ocorreu por volta das 16 horas, levando pouco tempo para descer a serra a atingir o distrito de Bento Rodrigues. Os relatos obtidos pelo relatório da Justiça Global - Vale da Lama, realizado nos dias 13 a 15 de novembro e 11 a 15 de dezembro, apontam que o resgate de alguns dos moradores sobreviventes só ocorreu no dia seguinte, tendo estes passado a madrugada no alto de um morro no limite da comunidade, em estado de pânico, assistindo suas vidas sendo arrasadas pela onda de lama de rejeitos. Em Paracatu, o trauma vivido não foi diferente, muitos dos atingidos procuraram abrigo em propriedades vizinhas e ouviram durante a noite o som da destruição de suas vidas, com o passar da lama.

> "Estava em casa com meu pai, cortando cana, e recebemos uma ligação de que a barragem havia se rompido. Ficamos em alerta sem saber direito o que tinha acontecido, até que um helicóptero do Corpo de Bombeiros pousou e disse para irmos para o ponto mais alto da cidade. Ficamos lá umas três horas. Até que, já escuro, sentimos um cheiro horrível, seguido de barulhos fortes de vidro quebrando, animais gritando, acabou a luz...Em meia hora estava tudo coberto. Perdemos coisas que o dinheiro não vai conseguir reconquistar. Não vamos ter mais acesso às nossas lembranças, histórias, fotos. Também fomos impactados socialmente. Antes tínhamos contato com nossos vizinhos, familiares, amigos, agora ficamos divididos em ruas, bairros diferentes." (Relato de Tcharle do Carmo Batista, que morava em Paracatu de Baixo, ao Jornal Carta Capital em 09/02/2018. <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/desastre-de-mariana-perdemos-o-que-o-dinheiro-nao-reconquista> Acesso em: 18/11/2018.

Figura 13: A casa de Tcharle do Carmo Batista, antes e depois do rompimento da barragem da Samarco. Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/desastre-de-mariana-perdemos-o-que-o-dinheiro-nao-reconquista> Acesso em: 18/11/2018.

Voltando aos relatos aos Relatório Vale da Lama, pela Justiça Global, são notórias a incerteza e falha nos repasses de informação, durante os dias que se seguem ao rompimento. Desde o número de vítimas, a abrangência da destruição, o número total de comunidades atingidas, o risco de novas rupturas nas barragens, os níveis de metal pesado presentes nas barragens e a possível toxicidade da água e da lama, os impactos dessa lama para a saúde humana nos animais e sobre o impacto da lama a longo prazo para o ecossistema. As incertezas atormentam a comunidade atingida, que no dia seguinte fora alocada no Ginásio de Mariana, para cadastro e atendimento, e posteriormente serem destinados a hotéis em Mariana. No meio de voluntários, bombeiros, representantes da empresa de mineração Samarco, da Defesa Civil e de outros envolvidos, os moradores dos distritos atingidos procuram parentes e amigos perdidos, ainda sem entender a real dimensão do ocorrido, e passam a temer seu futuro, se desconectando da sua realidade para então viver a imposta pelo trauma.

> "Ficou todo mundo ali na Arena, de Paracatu, de Bento, todo mundo junto ali, até eles decidirem que a gente ia para o hotel. Ainda não tinha condições de entrar porque a gente chegava no hotel e não tinha sido combinado nada, você passava o transtorno de ficar ali do lado de fora, com as doações que a gente recebeu, com as crianças, eu tenho duas crianças, no sol quente, ficando do lado de fora do hotel porque não tinha sido

> combinado, não tinha sido avisado. Se eles esquecerem acho que a gente vai ficar abandonado. Chega um ponto que vamos ser expulsos do hotel. Tem um hotel que já pediu o hotel porque ia ter um evento. Transferiram o povo para outro hotel. Já é um transtorno para a pessoa, para a criança, tem que tirar tudo de novo. Fica aquele medo. Se a gente não tiver mais casa. A gente vai ficar igual cigano, indo daqui ali... Fica difícil." (Morador de Bento Rodrigues, entrevista concedida a Justiça Global em 14 de nov., 2015).
>
> "É muito preocupante para a gente não saber nada, do que tá lá. Tem pessoas de lá que não foram encontradas. As informações são distorcidas, desencontradas. A gente não sabe ao certo o que está acontecendo, o que não está, se está havendo busca pelas pessoas, o que está acontecendo." (Morador de Bento Rodrigues, entrevista concedida a Justiça Global em 14 de nov., 2015)

Apenas dez dias após o rompimento o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) divulgou em entrevista que apenas uma das barragens do Complexo de Germano havia rompido, a Barragem de Fundão e ainda assim, como divulgado em nota pela prefeitura de Mariana, o número de desabrigados era incerto assim como a toxicidade da lama de rejeitos. A população das comunidades atingidas passam então a lutar em meio a incertezas para serem reconhecidos como atingidos e terem seu direito por ressarcimento e reparação. A perda de suas comunidades se aflora e o medo se instala.

> 'Quando me disseram "a casa caiu, temos que ir pra Mariana", eu sabia que era só o começo, que eu ia sofrer mais. Já sofri muitos anos, passei fome, criei cinco filhos sozinha, mas aquele dia 5 novembro foi uma coisa que eu nunca mais vou esquecer na minha vida." (Entrevista de Dona Maria, de Paracatu para o Jornal a Sirene, ed.0, 2016)

Figura 14: Foto de Dona Maria de Paracatu conversando com Marinalva de Bento Rodrigues, sobre as perdas causadas pelo rompimento da barragem. Fonte: Jornal a Sirene - Ed.0 05/02/2016

O que se percebe do trauma da catástrofe, no dia 5, que se insere uma ruptura sistêmica instalada pela morosidade na ação, ou inação melhor dizendo, por parte das empresas envolvidas e do Estado, que gera nos atingidos um sentimento de medo e desesperança. A dor da perda do território, que é material e imaterial, é revivida momentos após o rompimento, quando as famílias são realocadas em casas alugadas e hotéis, no caso de Mariana, dentro do distrito sede, e se repete cotidianamente com a perda de seus modos de vida. Essas populações revivem diariamente o processo de desterritorialização, junto a uma agenda exacerbada de eventos e nenhuma resposta efetiva sobre a retomada de suas práxis. Vale ressaltar que até o momento nenhum reassentamento foi construído na região de Mariana, as obras do reassentamento de Nova Lavoura, nome da área anfitriã do reassentamento de Bento Rodrigues encontra-se em seu estágio inicial e o reassentamento da Nova Paracatu de Baixo ainda não teve início. Os processos das compras assistidas também ainda não começaram e essas atingem especialmente moradores das zonas rurais de Mariana/MG que tiveram seus territórios afetados pela passagem da lama de rejeitos de minério.

Figura 15: A destruição causada pelo rompimento da Barragem de Fundão, em 5 de novembro de 2015. Fonte: Relatório Vale da Lama-Justiça Global

Dentro dessa ruptura sistêmica iniciada no dia 5 de novembro de 2015, temos o processo de desterritorialização, ao qual os atingidos de Mariana são submetidos com a perda de seus modos de vida, laços comunitários e familiares, perda de fonte de renda, planos de vida futuros, terras e casas, entre outros.

3.1 - Sobre processos de desterritorialização

Para abordarmos o processo de desterritorialização, é necessário compreender o amplo sentido de "território", que se sobressai a forma material de "terra" e compreende a imaterialidade, e assim entender os impactos dessa nova lógica territorial vivida no processo de expulsão abrupta dos atingidos de Mariana, MG.

Segundo Haesbaert (2004), o conceito de "território" possui diversas interpretações. O geógrafo, tende a enfatizar a materialidade do território, enquanto a ciência política o vê a partir das relações de poder, por sua vez, a economia[18], aborda a noção de território como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto força produtiva), a antropologia estuda sua dimensão simbólica (cultural), a sociologia enfoca as relações sociais e a psicologia analisa a partir da subjetividade, ampliando a escala do indivíduo. O conceito ainda abrange a perspectiva etológica, que está associada ao comportamento animal. (HAESBAERT, 2004)

Seguindo os conceitos desenvolvidos pelos filósofos franceses Deleuze e Guattari sobre a "teoria da multiplicidade"[19], o conceito de territorialidade é um

---

[18] Cabe evidenciar, que este é o caso da indústria extrativa mineral, em âmbito global, que vê o território como fonte de recursos de base, pela lógica neoliberal. Esta interpretação do conceito "território" levou ao desastre sócio tecnológico do dia 5 de novembro de 2015, em Mariana-MG.

[19] Multiplicidade é a capacidade, a potência para a multiplicação, da transformação disso para aquilo e aquilo outro. Por isso ela é experimento, é proliferação (e...e...e...) e não recognição ou representação (isso, aquilo). Sobre o princípio da multiplicidade afirmam Deleuze e Guattari (1995): o múltiplo, só quando é efetivamente tratado como substantivo, como multiplicidade, deixa de ter qualquer relação com o Um como sujeito ou objeto, realidade natural ou espiritual, imagem e mundo. As multiplicidades são rizomáticas. Rizoma é um conceito desenvolvido por Deleuze e Guattari em "*Mil platôs, Capitalismo e Esquizofrenia*". O pensamento rizomático e sua Lógica da Multiplicidade se contrapõe à Lógica binária e ao modelo arborescente de pensar. Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo*. A teoria da Multiplicidade está associada a noção de Rizoma, que é "aberto, desmontável, reversível, sujeito a modificações permanentes, sempre com múltiplas entradas" propondo-se a superar as dicotomias entre consciente e inconsciente, natureza e história, corpo e alma. (Deleuze e Guattari, 1995; apud Haesbaert 2004)

conjunto de agenciamentos[20] , sendo o desejo um agenciador, que engloba o território etológico, passando ao psicológico (ou subjetivo), território sociológico e geográfico, sendo os territórios construídos por uma multiplicidades de estratos que se conectam e se misturam (HAESBAERT,2004). Como descreve Guattari e Rolnik:

> O Território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente "em casa". O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. (Guattari e Rolnik, 1986 ; apud Haesbaert, 2004, p.122)

Ainda sobre a teoria de Deleuze e Guattari sobre território, Goodchild afirma:

> Cada pessoa tem relações ecológicas com o seu ambiente: ao invés do pensamento dominar a natureza, ele é iminente à natureza e à sociedade, e seu conhecimento de tais relações é uma *ecosofia*[21] (Guattari). O pensamento somente se relaciona ao ser através de algo que se entende externamente aos dois: um plano do desejo. (Goodchild, 1996; apud Haesbaert, 2004, p.119.)

Quando abordamos os conceitos de território em uma perspectiva expandida , vemos que a comunidade dos distritos de Mariana, ao serem atingidos pela lama de rejeitos, vivenciam dois processos que se sobrepõem. Pode-se dizer que o primeiro é o processo, que a socióloga Saskia Sassen descreve como "expulsões", que remete aos efeitos das novas conformações neoliberais sobre o território, em seu sentido econômico e geográfico, onde a população é retirada involuntariamente de seus espaços. Já o segundo, é um conceito que assim como "território" é aberto a interpretações, uma palavra não encontrada nos dicionários, o processo de desterritorialização, "o movimento pelo qual se abandona o território," é a operação da linha de fuga" (Deleuze, Guattari 1997 apud Haesbaert, 2004). Assim como a noção de território, os processos de desterritorialização configuram profunda

[20] Segundo Haesbaert (2004), os agenciamentos são os movimentos que governam os territórios, tendo como componentes o agenciamento coletivo da enunciação, tido como "a máquina de expressão cujas variáveis determinam o uso dos elementos da língua"(Deleuze Guattari, 1995), e os agenciamentos maquínicos de corpos, que representa a relação e mistura entre os corpos, sejam humano, animal ou cósmico, o desejo.

[21] Como explicado no capítulo II, a ecosofia representa uma "articulação ético-política entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana)". (Guattari, 1989)

complexidade de agenciamentos[22], associados aos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. O desastre crime da Samarco/Vale/BHP acabou por criar uma ruptura entre os registros ambientais, sociais e da psiquê das comunidades atingidas.

Nesses termos, embora nem todos atingidos/as tenham sofrido com o processo das expulsões, com a perda da espacialidade, destruição de suas moradias, quintais, áreas de criação de animais, todos passam pela desterritorialização. Uma vez que a noção de território, abrange o plano dos desejos, dos agenciamentos das relações sociais, das subjetividades e do meio ambiente. Ao perderem suas conexões familiares, de trabalho e comunitárias, ao perderem seus modos e projetos de vida, sofrem com a desterritorialização e consequentemente, vêm sua subjetividade comprometida, tornando-se uma população extremamente vulnerabilizada e fragilizada, como apontam os relatos abaixo.

> "Perdemos coisas que o dinheiro não vai conseguir reconquistar. Não vamos ter mais acesso às nossas lembranças, histórias, fotos. Também fomos impactados socialmente. Antes tínhamos contato com nossos vizinhos, familiares, amigos, agora ficamos divididos em ruas, bairros diferentes." (Relato de Tcharle do Carmo Batista, que morava em Paracatu de Baixo, ao Jornal Carta Capital em 09/02/2018. <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/desastre-de-mariana-perdemos-o-que-o-dinheiro-nao-reconquista> Acesso em: 18/11/2018

Podemos dizer que os atingidos foram desterritorializados geograficamente, mas também economicamente, socialmente e simbolicamente. Essas populações foram radicalmente desterritorializadas o que provocou e vem provocando danos sócio-espaciais e ambientais muitas vezes irreversíveis, envolvendo questões relacionadas à perda de moradia, de tradição, memória, alterações em suas atividades econômicas e sociais, em seus estados de saúde mental e física e em seus cotidianos. Se antes do rompimento tinham autonomia hoje vivem à deriva

[22] Agenciamento é uma combinação de elementos heterogêneos dando origem a algo novo. Agenciamentos coletivos de enunciação (sistema semiótico, sistema de signos), agenciamentos maquínicos (sistema pragmático de ações e paixões: o que se faz). (DELEUZE e GUATTARI: 1995; apud MARQUES, 2010)

esperando por indenizações ou outros processos de ressarcimentos. Suas relações de autonomia foram substituídas pela relação de dependência típica das localidades onde está presente a atividade minerária. Hoje são dependentes da Samarco/Fundação Renova para morar, para comer, para viver.

Como meio de ressarcimento/mitigação do dano da perda de seus modos de sustento, as empresas responsáveis pelo rompimento da barragem Samarco/Vale/BHP Billiton, ficaram incumbidas de prover o sustento financeiro dos atingidos. O pagamento é feito para os que conseguiram comprovar a perda de renda por causa do rompimento, por meio de um cartão com critérios não esclarecidos e sempre ao homem representante da família, desconsiderando as mulheres que tinham renda própria, o que configura em machismo estrutural[23]. Desconsideram também o modo de vida anterior, onde os gastos para sobrevivência nas comunidades, eram diferentes dos de agora, no centro urbano. Os atingidos ainda sofreram a princípio pela escolha da bandeira do cartão, que era aceita em poucas lojas, sem a possibilidade de retirada do dinheiro. O logo da Fundação Renova, presente nos cartões, funciona como meio de distinção dos atingidos, que sofrem com o preconceito por parte da população de Mariana ao serem vistos como "responsáveis" pela interrupção das atividades econômicas da Samarco na região. Como é citado no Jornal A Sirene, em sua 25° edição, os transtornos causados pelo cartão ainda acrescenta-se a dificuldade do acesso às informações financeiras, uma vez que, não é emitido o extrato bancário com os valores depositados em cada mês, e para se obter informações sobre a conta é preciso fazer ligação de um telefone fixo ou acessar pelo aplicativo. (Sirene ed.25, 05/04/18)

> "Tem coisa que você tem que deixar de comprar para ter as coisas mais necessárias. Lá em Bento, eu tinha meu fogão à lenha; aqui, eu uso a gás e ele não dá pro mês; e, quando ele acaba, nós esperamos virar o mês pra conseguir comprar outro, senão ficamos sem. Lá, quando quisesse chupar uma cana, tinha; e aqui é o quê? Se não tinha verdura, meu sogro levava pra gente; e aqui? Lá, eu não comprava banana, laranja, mamão; e aqui preciso comprar tudo isso." Joana D'arc, moradora de Bento Rodrigues., para o Jornal A Sirene ed.25 05/04/18

[23] O machismo estrutural consiste em um sistema de hierarquização onde o homem se encontra superior a mulher, devido a diversas características associadas ao comportamento da mulher, como por exemplo a emotividade. (MOSCHKOVICH, 2013)

As famílias, que passaram por ambos processos (expulsão e desterritorialização) foram realocadas no distrito sede de Mariana, com características urbanas, diferentes da vida rural anterior. Os atingidos tiverem sua territorialidade rompida, com a mudança de suas práxis e a separação espacial dos núcleos comunitários, como aponta o mapa organizado pela equipe responsável do projeto PRISMMA, que mostra a distribuição dessas comunidades em Mariana.

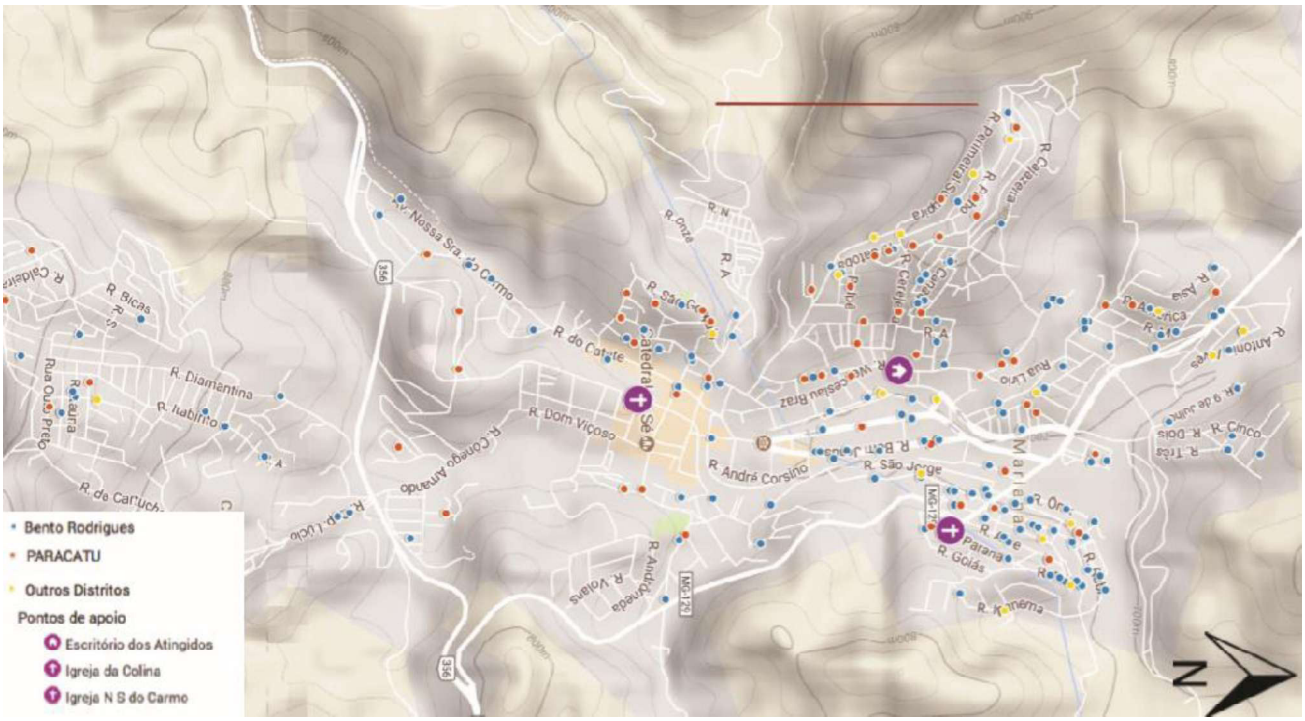

Figura 16: A fragmentação das comunidade atingidas, pelo centro urbano de Mariana. Fonte: Relatório PRISMMA.

Para Deleuze e Guattari, a noção de território está intimamente ligada à subjetividade e a complexos processos de agenciamentos, assim território é movimento e não há perda de território, sem a constante reestruturação do sistema.

> (...) não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte. (Deleuze no vídeo "L'abécédaire de Gilles Deleuze", filmado em 1988 por Claire Parnet apud Haesbaert, 2004)

> (…) Simplificadamente podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, "é a operação da linha de fuga" e a reterritorialização é o movimento de construção do território

> (DELEUZE e GUATTARI, 1995). Deleuze e Guattari afirmam que a desterritorialização e a reterritorialização são processos indissociáveis. Se há um movimento de desterritorialização, teremos também um movimento de reterritorialização. "[...] De forma que não se deve confundir a reterritorialização com o retorno a uma territorialidade primitiva ou mais antiga: ela implica necessariamente um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo é desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua. (GUATTARI e ROLNIK,1996:41; apud MARQUES,2010).

O que observamos com relação à população atingida de Mariana, é que ao se desterritorializar, busca, por conseguinte, se reterritorializar. Mas, nesses três anos pós desastre, essas comunidades ainda negociam dia a dia com o Estado e as Empresas seus ressarcimentos e reparações, não tendo sido construído até o momento nenhum reassentamento ou tenham sido efetuadas as compras assistidas. Essas populações vivem até hoje em casas alugadas pela empresa na sede em Mariana, ou em distritos ou ainda em áreas rurais. A destruição dos seus territórios ocorreu no dia 05 de novembro e depois percebe-se a sua contínua fragmentação. Trata-se hoje de-uma população flutuante[24] dentro do centro urbano de Mariana, nos distritos ou na zona rural. A população atingida vive um processo de reterritorialização em um território que não os pertence. Trata-se de uma reterritorialização em condições de precariedade e vulnerabilidade, de uma vida provisória.

No momento em que os moradores das zonas rurais e distritos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão têm seu território destruído e são obrigados a se mobilizarem para uma nova área, trata-se de uma desterritorialização imposta.
Sabe-se que nesses casos, as populações realocadas correm grande risco de empobrecimento e estresse social. É sabido que essas populações precisam se ressignificar e para isso é necessário que suas subjetividades sejam incorporadas nos processos de reterritorialização, do contrário podem ocorrer problemas relacionados a aspectos sociais, econômicos, mentais e ambientais futuros.

[24] O termo é utilizado pelo IBGE para representar um conjunto de indivíduos que ocupam um território (geográfico) por um período de curta duração, estando no espaço, sem pertence-lo.

> “Vocês [Samarco] estão correndo atrás pra voltar a funcionar. Pois então, a gente tá correndo atrás pra nossa vida voltar a funcionar. Nós também queremos voltar a trabalhar: queremos nossa terra, nossas casas, nós queremos continuar nossas vidas. Hoje estamos vivendo a vida das empresas.” Rosária Ferreira Frade, Paracatu de Baixo para o Jornal A Sirene Ed. 25

Sofrendo com a morosidade nos processos de ressarcimento, fragmentados, vulnerabilizados e fragilizados essas pessoas atingidas são submetidas, ainda, a uma rotina exacerbada de encontros e reuniões, revivendo cotidianamente o trauma vivido no dia 5 de novembro.

3.2 - Agendas esgotadas de um crime continuado

Após sofrer com as expulsões e desterritorialização, a população atingida de Mariana passa a enfrentar um processo continuado de vulnerabilização e esgotamento. São forçados a abrir mão de suas práxis e adotar uma agenda imposta pela empresa, no caso a Fundação Renova e pelo MPMG para buscar as ferramentas de luta por seus direitos. Os encontros comunitários, que antes eram momentos de lazer, se tornam Grupos de Trabalho (GT), Reuniões de Comissão dos Atingidos, Assembléias, Audiências Públicas, reuniões com a Fundação Renova e Assessorias Técnicas, encontros com Grupos de Pesquisa entre uma lista quase que infinita de eventos.

A morosidade no processo de reparação ao crime sócio tecnológico, torna-se uma ferramenta estratégica das empresas responsáveis. O distanciamento temporal entre o rompimento da barragem e os processos de indenizações, ressarcimentos e reassentamentos, assim como a fragmentação das comunidades no território de Mariana, implicam na desestruturação organizacional da luta dos atingidos, que enfrentam a insegurança e o medo de não ter seus direitos e reparações. Como demonstra a publicação, citada abaixo, do jornal A Sirene[25], na edição de julho de 2016, as constantes reuniões coletivas com a empresa Samarco passam a esvaziar, a medida que se tornam improdutivas e sem respostas efetivas, facilitando assim, para a empresa, os acordos individuais mais vantajosos.

> Depois de um mês nada produtivo, estamos enfrentando o esvaziamento das reuniões com a Samarco. Como Comissão, precisamos ouvir mais os atingidos; tornar constante a participação deles; ouvi-los de maneira mais clara; buscar o diálogo franco e mudanças para que, com a participação mais efetiva de todos, possamos alcançar objetivos comuns mais rapidamente. A partir de agora, na última quinta-feira de cada mês haverá uma reunião entre comissões e atingidos. Participem conosco, tragam suas ideias e reclamações. Juntos, podemos mais! (Sena, M., Agenda: Pito do Seu Milton - Jornal a Sirene, ed.4, 2016)

[25] O Jornal A Sirene o é meio de comunicação escrito e fundando por atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão, com apoio da Universidade Federal de Ouro Preto, Arquidiocese de Mariana e Movimento dos Atingidos Por Barragem. Publicado todo dia Cinco, sua primeira edição foi em fevereiro de 2016, e por objetivo de visibilizar os atingidos, contribuindo em sua luta. Por esse motivo é fundamental para este estudo.

A rotina dos atingidos converte-se em um complexo processo de luta e aprendizado, onde são inseridos em um novo vocabulário e uma agenda esgotada por reuniões e encontros que evidenciam a morosidade por parte das empresas envolvidas no desastre e a inação do Estado. Para melhor compreender essa nova realidade dos atingidos, organizamos a linha do tempo que marca os eventos e atividades desde o rompimento da barragem em 5 de novembro de 2015 até o dia 5 de novembro de 2018, passados 3 anos. As informações foram retiradas dos sites do Ministério Público Federal[26], da Prefeitura de Mariana[27], da Fundação Renova[28] e de reportagens do Jornal A Sirene, buscando assim, registrar informações de instituições, empresas e entidades envolvidas nos processos de reparação.

[26] Disponivel em:< http://www.mpf.mp.br/>. Acesso em 24/09/2018.

[27] Disponível em: <http://www.mariana.mg.gov.br/>. Acesso em 22/09/2018.

[28] Dísponivel em: < https://www.fundacaorenova.org/reassentamentos/bento-rodrigues/>. Acesso em 24/09/2018.

O arquivo foi retirado para publicação posterior. Para ter acesso ao conteúdo, favor entrar em contato no e-mail: arq.victoriamanfredini@gmail.com

Observa-se na linha do tempo que eventos relacionados ao processo de reparação pelo rompimento da Barragem de Fundão, por muitas vezes coincidem na data e diferem no local, tornando inviável o comparecimento dos atingidos em importantes reuniões. Ademais a esses eventos, os atingidos têm que conciliar a nova rotina com atividades cotidianas, onde muitos trabalham, cuidam de familiares, entre outras funções. A somatória e sobreposição de reuniões, assembleias, encontros, audiências públicas , entre outros eventos complexibiliza ainda mais o processo, dificultando assim a compreensão dos fatos. O que se vê é um volume de informações e eventos que confundem/cegam os atingidos, nessa luta hegemônica.

A complexibilidade da agenda, torna-se dolorosa para os atingidos, quando passam a reviver rotineiramente a perda de seus modos e projetos de vida, vínculos sociais, meios de sustento, território (material e imaterial). Pode-se observar o luto explicitado no depoimento de um agricultor de Paracatu de Baixo à psicóloga Camila Veras, para Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares. O crime é vivido todos os dias, a perda é sentida cotidianamente esse esgotamento emocional tem como resultado o adoecimento da população.

> "Para ser sincero eu espero que a gente consiga resgatar a nossa história de vida. Não posso falar nisso não. Paracatu ficou acabado né? Não gosto de falar de Paracatu não. Quando falo de Paracatu eu fico chateado porque é acabar com uma história. Destruiu tudo." (Morador de Paracatu, entrevista concedida a Justiça Global em 14 de nov., 2015)

> "O desrespeito e a falta de responsabilidade com a gente é enorme. O nosso povo é uma grande família, mas tá todo mundo cansado. Tem gente desistindo de ir para a comunidade. Vocês estão exterminando com um povoado, um linguajar, uma cultura. Pelo amor de um Deus que vocês tenham, e que existe, resolvam nossos problemas depressa. Ajam!" (Luzia Queiroz, Paracatu de Baixo, para o jornal A Sirene - Ed. 22 05/11/18)

Neste contexto, encontramos um população vulnerabilizada com a perda de seu território e suas subjetividades rememorando o trauma cotidianamente. Suas perdas são físicas e também simbólicas, e como consequência vemos os corpos adoecidos.

> "Até o dia 5 de novembro de 2015, levávamos uma vida tranquila em Bento Rodrigues, de acordo com os meus projetos de vida e da minha família. Hoje, passamos a maior parte do tempo tentando resolver situações causadas pelo rompimento da Barragem de Fundão, das empresas Samarco e de suas controladoras Vale e BHP Billiton. Faço parte da

> Comissão, participo de reuniões, GTs, audiências, visito os animais que estão aos cuidados da empresa, atuei na reformulação do cadastro. São atividades que, antes, eu não tinha. Estamos sempre em busca de direitos, para que a Renova/Samarco reconstrua Bento Rodrigues e nos faça uma reparação justa, para termos de volta uma vida digna, próxima a que tínhamos lá, da melhor maneira possível. Não vai ser igual, é lógico, mas, pelo menos, vamos poder tocar a vida para frente." (Relato de Manoel Marcos Muniz, morador de Bento Rodrigues ao Jornal a Sirene, ed.31, 2018)

Figura 17: Manoel Marcos Muniz, em sua casa no distrito sede de Mariana ao relembrar da vida em Bento Rodrigues, antes do rompimento da Barragem de Fundão. Fonte: < https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/09/16/interna_gerais,989134/acao-coletiva-de-atingidos-pelo-rompimento-da-barragem-do-fundao-pode.shtml> Acesso em: 01/12/2018.

Um desastre vai além de um evento crítico que o causou, no caso do rompimento de Fundão trata-se de um processo que vem sendo aprofundado ao longo desses três anos. E nesse processo, o tempo conta contra a população atingida e a favor dos responsáveis. As vítimas estão longe do ressarcimento, e mais longe ainda da reconstrução das suas vidas, de suas territorialidades, de seus modos e projetos de vida. O distanciamento temporal deste fato é tudo que os responsáveis esperam para poderem realizar indenizações individuais irrisórias, pontuais, vencendo os atingidos pelo cansaço, pela espera indefinida, pela incerteza. O desafio da sociedade brasileira diante do desastre da barragem de Fundão seria contribuir para reverter os processos de esquecimento e de naturalização.

Além do fator tempo, a população atingida está exposta a uma série de termos técnicos de diferentes áreas seja do campo jurídico, dos licenciamentos ambientais, do planejamento urbano ou da área da mineração. Estes termos interessam pois estão associados às reparações e mais especificamente aos reassentamentos: Dam break[29], ZEIS[30], ADIES[31], módulo fiscal, informações técnicas sobre segurança hídrica são alguns exemplos. O depoimento da moradora de Paracatu de Baixo, Luzia Queiroz, evidencia a necessidade da constituição de um novo vocabulário pós rompimento para os atingidos.

> "Logo no início, a Renova/Samarco começaram a falar de masterplan, dam break, stakeholders. Parecia que a gente falava com extraterrestre, porque não entendia "patavinas". A gente também não sabia o que significava impactado. E, depois do esclarecimento do promotor Guilherme, decidimos não aceitar esse termo, porque nós fomos atingidos até a alma. Rejeito também foi uma palavra que aprendemos a usar passado um tempo. Eles falavam lama, mas entendemos que o correto é rejeito tóxico. Também chamavam a gente de atores, até que perguntamos se estávamos participando de uma novela. Evento foi outra palavra que a gente recusou, porque dá a entender que é uma coisa boa (...) Hoje, ainda temos que estar por dentro de TAC, TTAC, Câmara Técnica, CIF, acordão, força tarefa, cadastro e PIM, que são coisas que muita gente ainda não sabe o que é. Quando começamos a discutir o novo mapa de Paracatu, usavam umas palavras nas assembleias que a gente voava igual passarinho. Aí alguém de nós tentava resumir o que foi discutido. Mas, por mais que a gente se esforçava, voltava pra casa sem pegar tudo. Tem pouco tempo que começamos a entender, por exemplo, o que é se apropriar (...) Depois do rompimento da Barragem de Fundão, os(as) atingidos(as) passaram a ter que conversar com diferentes grupos que atuam no contexto do desastre-crime. Esses diálogos, porém, não são fáceis de enfrentar, pois, além das desigualdades de poder, as comunidades têm dificuldades para entender o uso de termos técnicos e de uma comunicação, principalmente a feita pela Fundação Renova/Samarco, não pensada para eles(as). Diante desse desafio, os(as) moradores(as) falam sobre a sua vontade de ver as questões sendo tratadas dentro de um vocabulário que todos(as) tenham condições de entender." Luzia Queiroz, moradora de Paracatu de Baixo, em relato para o Jornal A Sirene Ed.29 05/08/2018

---

[29] Termo utilizado nas engenharias para o estudo que avalia os potenciais impactos do rompimento de uma barragem, como: mapeamento da mancha de inundação, plano de ações emergenciais, quantificação de danos e riscos, classificação do dano potencial associado e requisito legal e responsabilidade social.

[30] Zonas Especiais de Interesse Social é um instrumento urbanístico que prevê no zoneamento da cidade, padrões urbanísticos próprios para assentamentos de habitações de interesse social, em áreas estabelecidas.

[31] Área de Diretrizes Especiais, assim como as ZEIS, é um instrumento urbanístico previsto no zoneamento da cidade, que prevê critérios de ocupação urbana específicos para determinados locais.

3.3 - Corpos adoecidos

Estudos apontam que os impactos de desastres, como o de Mariana, afetam de forma distinta a saúde dos atingidos, com efeitos que variam de curto a longo prazo, a depender da vulnerabilidade socioeconômica e ambiental do território. (ALDERMAN,K, TURNER, R, TONG, S., 2012). A curto prazo, no caso de Mariana, configuram os dias que seguiram ao rompimento da Barragem e as missões de resgate que duraram aproximadamente 15 dias, ao oficializar as 19 mortes, registram-se ferimento leves, graves e mortalidade. Em um segundo momento observa-se o surgimento de doenças transmissíveis e contagiosas pela exposição dos atingidos a contaminação, como dengue, diarréia, lesões de pele e doenças respiratórias, oriundas da contaminação pela lama tóxica, ocorre ainda a intensificação de doenças não transmissíveis, sendo a principal delas, a hipertensão. A longo prazo, os impactos na saúde são relacionados a doenças não transmissíveis como doenças crônicas e cardiovasculares e os transtornos mentais. (FREITAS, 2014; OPAS, 2015, WHO, 2015). Como mostram as figuras abaixo, retiradas do relatório Desastre Naturais e Saúde no Brasil realizado pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) em conjunto com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a depender do tipo de desastre poderá haver interposição das respostas aos impactos, sendo função do departamento de saúde pública ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e reabilitação, integrando e envolvendo todas as áreas. (OPAS, OMS, 2015)

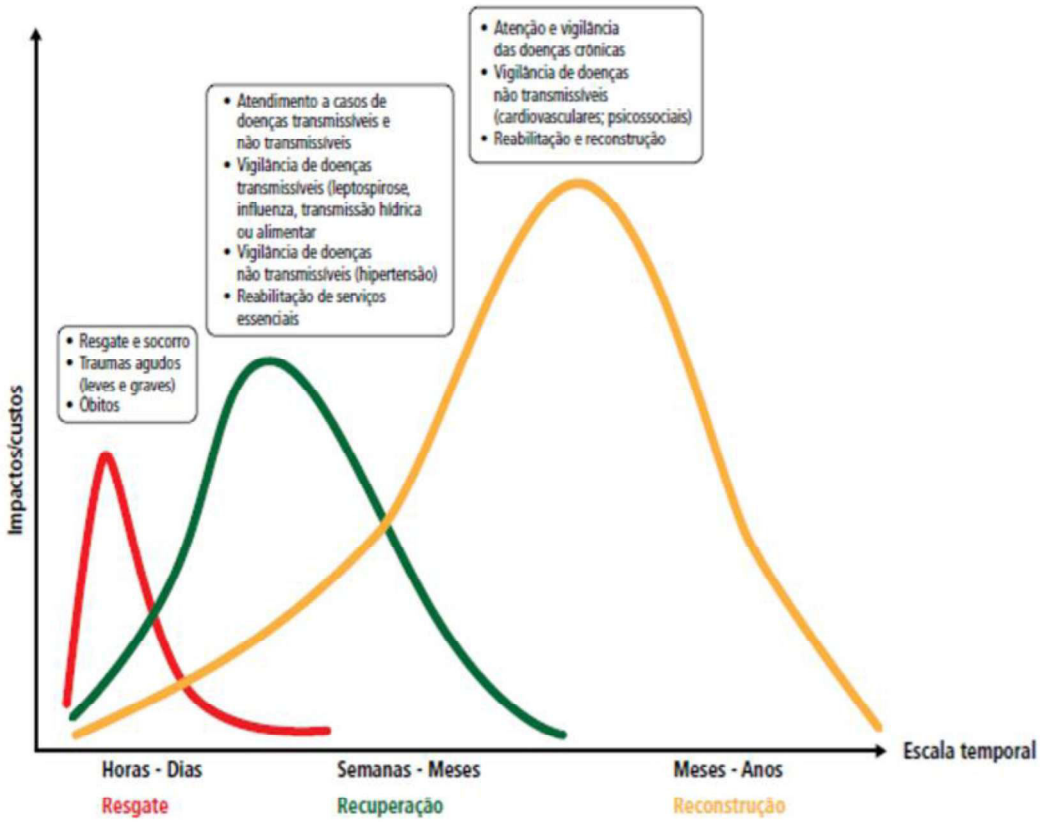

Figura 18: Resposta de saúde em diferentes tempos após catástrofes. Fonte: Freitas e col. 2014, ISDR, 2001.

Figura 19: Integralidade e atuação intersetorial e interinstitucional. Fonte: OPAS: Desastres Naturais e Saúde no Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.paho.org/bra/images/stories/GCC/desastresesaudebrasil_2edicao.pdf > Acesso em: 01/09/2018.

Com foco na saúde mental, os transtornos atingem seu o pico nos momentos seguintes ao desastre, com o Transtorno de Estresse pòs Traumático (TEPT), contudo os impactos psicossociais nos atingidos se revelam de diferentes níveis e maneiras. No caso de Mariana, logo após o rompimento, o grupo da Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares, que passou quinze dias em visita à região, constatou uma série de preocupações sobre o estado das famílias vítimas do rompimento da barragem, e na época já constataram a necessidade de um acompanhamento psicossocial.

> Os casos que chegam à Unidade Básica de Saúde são de diarreia e vômito, problemas respiratórios, dermatoses, conjuntivites por conta do contato com a lama e a poeira. Contudo, a maior demanda apresentada neste momento é de escuta e acompanhamento psicológico devido ao trauma ocorrido. Há também preocupações relativas aos impactos na saúde no médio e longo prazo por conta do contato com a lama tóxica e da contaminação da água, do solo e dos animais. (...) São muitos os impactos psicossociais causados à população atingida em um desastre deste porte. Para começar, o sofrimento das famílias que perderam seus entes queridos. Sofrimento que, em alguns casos, se prolonga ainda mais diante da forma como a Samarco tem conduzido os processos, gerando mais angústia nas pessoas que só querem enterrar os corpos dos seus com dignidade. (Relato completo disponível em: https://saude-popular.org/?p=2016)

Dois anos após o rompimento da Barragem, o Grupo NAVES da UFMG, realizou a Pesquisa Sobre a Saúde Mental das Famílias Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão em Mariana (PRISMMA), onde o cenário encontrado é similar ao Relatório de inspeção em Mariana após o Rompimento da Barragem de Rejeitos do Fundão, realizado pela Justiça Global em 2015, onde destacam-se os direitos violados com o desastre e a falta de respostas efetivas por parte do Estado e Empresas, o direito à vida, moradia, trabalho, saúde e ambiente saudável. Ambos relatórios também destacam as hostilização que atingidos sofrem na cidade, sendo culpabilizados pelo não retorno das operações da empresa e crescente desemprego.

Os danos causados pela lama são físicos, mas também são simbólicos. São constantes os relatos de sofrimento, medos, angústias e incertezas. Isso permite compreender que a vivência da tragédia se perpetua e se renova dia após dia na morosidade e nas violações praticadas pelas empresas nas muitas e longas

reuniões, na indefinição, na negação de direitos, nas mediações, nas suas negociações. (PRISMMA,2016).

O estudo do PRISMMA, foi realizado com moradores dos distritos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Borba, Campinas, Pedras e Ponte do Gama, com 225 atingidos, com idade entre 18 a 46 anos, onde se declararam 144 do sexo feminino e 81 do sexo masculino, e 46 atingidos com idade entre 10 a 17 anos, onde se declaram 31 do sexo feminino e 15 do sexo masculino. Destaca que a diferenciação da faixa etária é necessária uma vez que crianças e adolescentes são identificadas como uma população altamente vulnerável no contexto de catástrofes e desastres, e apresenta elevado risco de desenvolver doenças psiquiátricas, tanto nos anos próximos do evento, como na idade adulta (PRISMMA, 2016).

No estudo da população de faixa etária descrita como adulta (18 a 46 anos), a ocorrência de transtornos psiquiátricos relacionados ao estresse na população atingida é alto quando comparados aos dados descritos na literatura. O índice de depressão (28,9%) dos atingidos, por exemplo, é cinco vezes maior do que índice nacional (5,8%). Das 65 pessoas diagnosticadas com depressão, 61,5% fazem uso de antidepressivos, agravando a dependência de medicamentos, que são corriqueiramente vistos como resposta para materialização da dor. Os relatos abaixo, apontam ainda, a negligência por parte das empresas/Estados com o fornecimento da medicação.

> "Eu procurei um psiquiatra em Águas Claras e ele me receitou, na primeira consulta, dois antidepressivos. E hoje, em Mariana, não tem psiquiatra para atender a gente, os que tem são poucos. O meu problema é por conta do rompimento da barragem, porque eu tive o desligamento de pessoas que eu amo. Eu vivi diante do meu sogro 20 e tantos anos, meus filhos foram criados lá e hoje a gente está separado. E eu espero que a Renova assuma o compromisso de tratar a doença que ela causou nas pessoas." (Entrevista de Marino Dangelo Junior, para o Jornal A Sirene, ed. 16 - 05/08/2018)

> "Eu estou sob grande quantidade de medicamento antidepressivo. Medicação essa que a gente não tem acesso nem pela prefeitura, nem pelo SUS. Aqui em casa, a gente tem que cortar gastos, procurar coisas mais baratas para alimentação, a cidade toda tá deprimida e a farmácia da prefeitura não tem remédio para depressão. A prefeitura empurra, diz que a Samarco que deveria nos fornecer a medicação, a Samarco fala que passa

> o dinheiro pra prefeitura e ela que tem que nos dar. Nisso, a gente fica sem. E os remédios são caros." Odete Cassiano, moradora de Barra Longa Sirene ed. 24 05/03/2018

> "Às vezes, a gente vai na prefeitura e, na prefeitura, mandam a gente pra Renova, aí mandam na prefeitura de novo. Ficam empurrando. Eu tomava um remédio, agora, eu tomo nove, e, se eu não tomar, não sou ninguém. Minha família que me ajuda a comprar, porque, aqui em casa, ou a gente come ou toma remédio. A empresa chegou a prometer os remédios pra mim, mas não deram. Entreguei meus documentos [para Renova/Samarco], laudo médico, e os papéis sumiram." Rosana Aparecida Pinto, moradora Sirene ed. 24 05/03/2018

O estudo identifica que o transtorno de ansiedade generalizada (TAG) está presente em 32% dos entrevistados adultos, prevalência três vezes maior que a média brasileira. E o transtorno de estresse pós traumático (TEPT), que normalmente tem seu pico momentos após o trauma e tendem a diminuir com o passar do tempo, foi detectado em 12% dos entrevistados, ainda que já tenham se passado dois anos do rompimento da barragem (no momento da pesquisa). Outro fator alarmante detectado no estudo foi o risco de suicídio, reportado por 16,4% dos entrevistados, onde 6,7% da população já tiveram ideação suicida e 1,8% tentaram suicídio no mês anterior a pesquisa.

O Relatório aponta que estudos anteriores sobre saúde mental pós catástrofes, mostram que taxa de suicídio e comportamento suicida não fatal inicialmente declinou e foi seguida por aumento tardio, concluindo que a população estudada é de especial risco devido à saída do local de moradia, a dificuldades no reassentamento da comunidade, discriminação que vem sofrendo e mudança da zona rural para zona urbana. O gráfico abaixo mostra os índices obtidos.

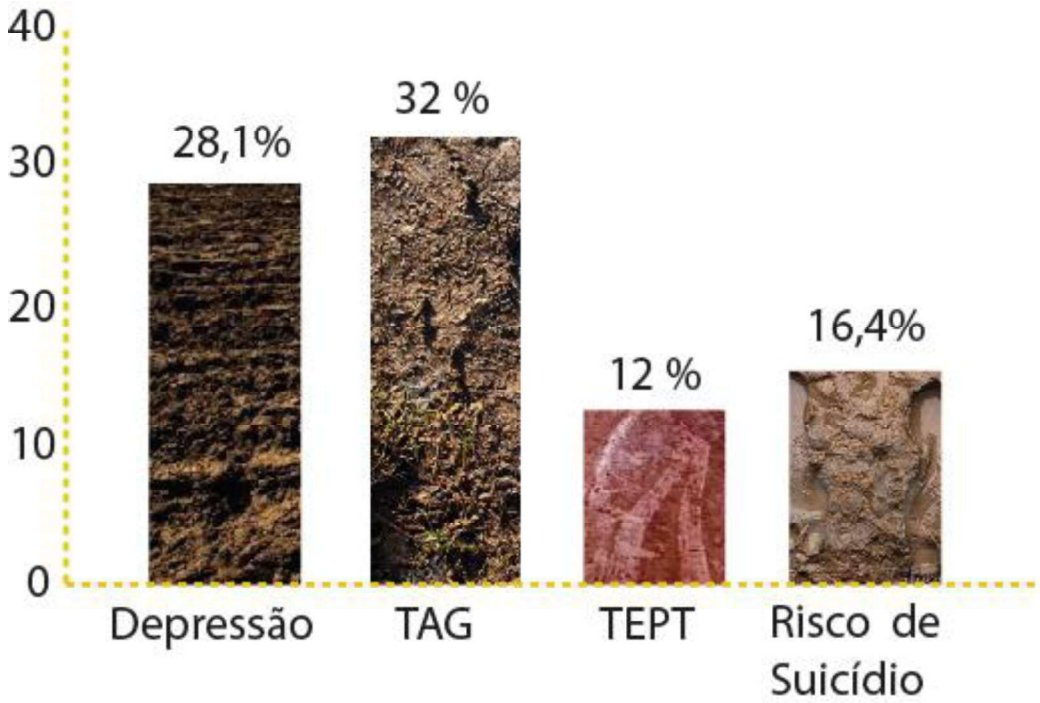

Figura 20: Índices de doenças mentais. Fonte: PRISMMA, 2016. Editado

A população considerada criança ou adolescente (10 a 17 anos) que são identificadas como altamente vulnerável no contexto de catástrofes e desastres, apresenta elevado risco de desenvolver doenças psiquiátricas, tanto nos anos próximos do evento, como na idade adulta. Por isso o estudos consideram eventos associados aos traumas para apontar o rastreio positivo aos transtornos mentais. Como exemplo, 89, 1% dos entrevistados tiveram eventos traumáticos, desses, 91,7% foram testemunha de desastre e 8,7% receberam notícias traumáticas. Dos que sofreram algum evento traumático, 68,3% disseram ter pensamentos ou imagens recorrentes do evento e 58,5% referiram se esforçar para evitar pensamentos ou sentimentos associados ao trauma. Ainda nesse grupo, 19,5% dos entrevistados relataram ter pesadelos recorrentes relacionados ao trauma, 24,4% apresentavam insônia e 46,3% manifestavam irritabilidade ou crises de raiva. Dessa forma, 82,9% dos entrevistados foram rastreados positivamente para o transtorno de estresse pós-traumático.

O estudo aponta ainda que o rastreio foi positivo para depressão, presente em 39,1% dos entrevistados, e quanto à presença de sintomas psicóticos, onde

8,9% dos entrevistados apresentavam alucinações e 6,5%, delírios. Ainda, 39,1% dos respondentes foram rastreados positivamente para algum transtorno de ansiedade.

O relatório do PRISMMA conclui que a população afetada pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana está extremamente vulnerável quanto à saúde mental, mesmo após dois anos terem se passado do desastre. O sentimento de angústia profunda é algo generalizado por todos, com a perda de seus modos de vida, território, conexões sociais, trabalhos. E o momento da perda é revivido cotidianamente, com a morosidade nos processos de reparações, que associado às incertezas e violações de direitos, pode aumentar os índices de transtornos da saúde mental.

> Eles estão lutando sem saber sobre a maior parte do dano, que não é o físico. O dano maior que está sendo causado é o psicológico, porque o físico é recuperável, mas o mental é sobre como vai ser daqui pra frente, e isso eles ainda não podem mensurar." Milton Sena, atingido de Ponte do Gama Sirene ed. 26 05/05/2018

Vemos a partir disso, que a população atingida está acometida pelo sofrimento social, com o consequente adoecimento de seus corpos, sendo o corpo um mecanismo de enunciação. Com suas perdas veem-se fragilizados e vulnerabilizados, dirigindo-se a uma combinação de sintomas enquadrados em patologias do social, como é melhor descrito no próximo capítulo.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança organizacional do lugar social na ciência, principalmente a recentralização da cultura em torno da economia, molda os novos sentidos do sofrimento psíquico e o modo em que o sujeito é afetado pelos modos de subjetivação[32]. Segundo diagnóstico heideggeriano, nosso tempo padece do controle das formas de vida a partir da "gramática da extração e acúmulo" (DUNKER, JUNIOR, SAFATLE, 2018).

Em 1952 é publicada a primeira versão do Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM), organizada pela Associação Americana de Psiquiatria, que cataloga os distúrbios mentais, ressaltando as diferenças entre neuroses, que possuem relativa conexão com a realidade, como são os transtornos depressivos e ansiedade, e as psicoses, com a perda substancial da conexão com a realidade, com delírios e alucinações, como o caso da esquizofrenia. Embora tenha sido atualizado, posteriormente, o DSM surge como quadro normativo de etiologias biológicas e condições responsiva a contextos sociais específicos (DUNKER, 2015). Refletindo a maneira de pensar o sofrimento e mal-estar capitalista, em quadros sintomáticos pré estabelecidos, onde para ser incluído nos dispositivos de assistência social tem-se de estar inserido nesta normativa do diagnóstico (DUNKER, 2015).

O indivíduo moderno está inserido numa realidade social atribuindo-lhe o próprio fim, em busca da felicidade, que no mundo neoliberal, se confunde com o desenvolvimento capitalista. Safatle define essa imagem em três atributos: 1 - autonomia, autenticidade e unidade (SAFATLE, 2009). O sofrimento patológico é

[32] Os processos de subjetivação, ou semiotização – ou seja, toda a produção de sentido – não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microssociais) nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentralizados. Segundo Deleuze e Guattari (1995) tais processos implicam no funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extraindividual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, midiáticos) quanto de natureza infra-humana (infrapsíquica, infrapessoal, sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagens, de valor, modos de memorização e de produção de ideia, de inibição e automatismos, corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos, etc.). (MARQUES, 2010: 77)

aquele socialmente compreendido com o excessivo e, por isso, objeto de tratamento médico (DUNKER, JUNIOR, SAFATLE, 2018). Ao entendermos que o sofrimento, é uma forma de interação intrincada e estabelecida pela sociedade, temos que os sofrimentos psíquicos tratam-se de sofrimento sociais, pois acometem as relações do indivíduo perante a sociedade e perante a si. Sendo a natureza dos modos de subjetivação discursiva, inserem o sujeito e seus atos na hierarquia social. São fenômenos coletivos restritos a grupos sociais, períodos de tempo, e, em certa medida comparáveis a modas, legitimando saberes, partilham identidades e orientam moralmente (DUNKER, JUNIOR, SAFATLE, 2018). Desta forma, temos que o sofrimento social diz sobre os impactos que o sujeito dispõe sobre o coletivo (social) e o coletivo dispõe sobre o sujeito.

Nesse contexto, a população atingida de Mariana, que vivencia o sofrimento social, é associada a um quadro clínico do sofrimento, tendo suas perdas, relacionadas ao trauma e ao processo de desterritorialização, condicionadas a um modelo generalista do mal-estar. Com a perda de autonomia, autenticidade e unidade, ficam a deriva da subjetivação e a medicina farmacêutica. Posto que o sofrimento vivido por esta população se difere ao moldes propostos pelo modelo capitalista de sofrimento, uma vez que antes do dia 5 de novembro de 2015 e a ruptura sistêmica de seus modos de vida, era uma população saudável, não se integram na, descrita por Dunker em vídeo publicado em 2018, “epidemia de depressão” sintomática, com a aparição de categorias nos DSM. Não há precedentes para esse tipo de desterritorialização prolongada, sendo necessário a intensificação das análises e estudos relacionados ao bem estar mental dessa população, que encontra-se vulnerabilizada e fragilizada física e mentalmente.

Três anos após o desastre crime em Mariana quase nada foi feito no sentido de se reparar minimamente os atingidos dos danos a eles causados. Assistimos a processos de adoecimento e sofrimento social dessas populações. Cria-se uma imagem de terra arrasada, expulsões, onde pessoas atingidas vagam por entre seus sintomas e desejos relacionados à luta e/ou ao luto, a processos de resistência ou a capturas sintomáticas construindo refúgios entorno de suas perdas.

REFERÊNCIAS

ALDERMAN K; TURNER L. R; TONG S. Floods and human health: A systematic review. Environment International, 2012.

ANTONINO, L. Z. A participação do Estado no Processo Multiescalar e Territorial da Mineração. In: II Simpósio Baiano de Geografia Agrária, Salvador , 2017. Disponível em: < https://2sbga2017.ufba.br/sites/2sbga2017.ufba.br/files/eixo1_lucasantonino.pdf> Acesso em: 16/06/2018.

APARICIO, L. A depressão como fenômeno social no capitalismo. Disponível em:< http://www.esquerdadiario.com.br/A-depressao-como-fenomeno-social-no-capitalismo> Acesso em: 16/06/ 2018.

BIRMAN, J. Arquivos do mal estar e da resistência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BIRMAN, J. Cadernos sobre o mal: agressividade, violência e crueldade. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BRUM, E. Vítimas de uma guerra amazônica: Expulsos por Belo Monte, Raimunda e João tornam-se refugiados em seu próprio país. Disponível em:< https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/22/politica/1442930391_549192.html> Acesso em: 16/06/2018.

BRUM, E; DUNKER C; KATZ, I. Refugiados de Belo Monte, 2016. Disponível em: <http://psicanalisedemocracia.com.br/2016/09/refugiados-de-belo-monte-por-ilana-katz-eliane-brum-e-christian-dunker/> Acesso em: 16/06/2018.

DEJOURS, C. A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

DUNKER, C. Mal estar, sofrimento e sintoma: uma psicologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015. (Estado de Sítio)

DUNKER,C; JUNIOR, N. S; SAFATLE, V. Patologias do Social: Arqueologias do sofrimento psíquico. São Paulo: Autêntica, 2018.

FREITAS, C. M. et al. Desastres naturais e saúde: uma análise da situação do Brasil. Ciênc. Saúde Coletiva. 2014.

GUATTARI, F. As Três Ecologias. Campinas: Papirus, 1990.

GAGNEBIN, J. M. Lembrar esquecer escrever. São Paulo: Editora 34, 2006.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA SOCIOAMBIENTAIS: OBSERVATÓRIO DO REASSENTAMENTO E NARRATIVAS ATINGIDAS. Universidade Federal de Ouro Preto. Programa de Pesquisa e Extensão.

HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização: Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade. Curitiba: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY,D. A brief history of neoliberalismo. Oxford University Press, Inglaterra, 2005.

HARVEY, D. A Liberdade da Cidade. 2005. Disponível em <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp26/09-18-HARVEY,David.pdf > Acesso em: 01/06/2018.

ISDR. Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction – Revealing risk, redefining development. Geneva: United Nations; 2011.

JUSTIÇA GLOBAL. VALE DE LAMA - Relatório de inspeção em Mariana após o rompimento da barragem de rejeitos do Fundão. 2015. < Disponível em:

http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Vale-de-Lama-Justi--aGlobal.pdf > Acesso em: 13/09/2018.

LOSEKANN, C; MILANEZ, B. (ORGS). Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

MAGALHÃES, F. N.C. O neoliberalismo e a produção do espaço na metrópole: Subjetividades, insurgências e redes na economia política da urbanização contemporânea. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

MALERBA, J; MILANEZ, B. Um novo código mineral para quê? 2012. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/um-novo-codigo-mineral-para-que/>. Acesso em: 01/07/2018.

MARQUES, M. S; NOGUEIRA, S. M. A. De quem é essa terra? Os impactos sócio espaciais da mineração pós rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG. XVII ENAMPUR. São Paulo. 2017.

MARQUES, M. S; FERNANDES, A. Iniciando a cartografia do desastre-crime: o avanço neoliberal da indústria extrativo-minerária do Brasil sob a perspectiva do rompimento da barragem de Fundão/Mariana/MG. I Seminário Internacional de Urbanismo Biopolítico. Belo Horizonte. 2017.

MARQUES, M. S. Subjetividades e Singularidades Urbanas: na construção de um “devir” outro arquiteto urbanista. Salvador. Universidade Federal da Bahia, 2010.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana. Relatório: avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG. Belo Horizonte: Sedru; 2016. 289 p. Disponível em: <

www.agenciaminas.mg.gov.br/ckeditor_assets/attachments/770/relatorio_final_ft_03_02_2016_15h5min.pdf> Acesso em: 20/06/2018.

MOISSEN,S. Depressão e sensação de fracasso: outros frutos amargos do capitalismo.2017 Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Depressao-e-sensacao-de-fracasso-outros-frutos-amargos-do-capitalismo> Acesso em: 16/06/ 2018.

MOSCHKOVICH, M. “Machismo estrutural”, oculto e terrível. 2013. Disponivel em: < https://outraspalavras.net/sociedade-2/machismo-estrutural-oculto-e-terrivel/> Acesso em: 19/12/2018.

OPAS - ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Desastres Naturais e Saúde no Brasil. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.paho.org/bra/images/stories/GCC/desastresesaudebrasil_2edicao.pdf > Acesso em: 01/09/2018.

PACHECO, T. Racismo Ambiental urbano: a violência da desigualdade e do preconceito. Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/?page_id=87#>. Acesso em: 03/06/2018.

PRISMMA: Pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana / Maila de Castro Lourenço das Neves et al. organizadores. – Belo Horizonte: Corpus, 2018

SANTOS, A. G; BONIFÁCIO, M. Pela saúde dos atingidos. A Sirene: Para não esquecer. Edição 13: 6. Abr. 2017.

SANTOS, R; MILANEZ, B; MANSUR, M. A firma e suas estratégias corporativas no pós-boom das commodities. In: Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco / Vale / BHP Billiton. Marabá: Editorial Iguana, 2016.

SARLO, B. Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SASSEN, S. Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. São Paulo: Terra e Paz, 2016.

SAFATLE, V. Grande Hotel Abrund. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2009.

SELIGMANN, M. S. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. In: Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, 2008.

SELIGMANN, M. S. Testemunho e a Política da Memória: O Tempo depois das Catástrofes. In: Projeto História, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, no. 30, Guerra, Império e Revolução, 2005.

ZONTA, M; TROCARTE, C. Antes fosse mais leve a carga: Reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/ BHP Billiton. Marabá PA. Editorial iGuana. 2016. V.2.

XAVIER,C. Uma Análise do Master Plan como Instrumento de Reassentamento Para Bento Rodrigues: O Papel da Mineração na Produção Neoliberal dos Espaços. Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2018.

http://www.pmmariana.com.br

http://www.saude.mg.gov.br/

http://caritas.org.br

http://www.mabnacional.org.br/

http://www.samarco.com

http://portalms.saude.gov.br/

http://www.fundacaorenova.org/linha-do-tempo/

Universidade Federal de Ouro Preto
Curso de Arquitetura e Urbanismo

UFOP

Certifico que a aluna Victoria Manfredini, autora do trabalho de conclusão de curso intitulado "NEOLIBERALISMO E O IMPACTO DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL NOS TERRITÓRIOS E NA SAÚDE (MENTAL) DAS COMUNIDADES ATINGIDAS: O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MARIANA/MG COMO CAMPO DE ESTUDO", efetuou as correções sugeridas pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.

Monique Sanches Marques

Dra. Monique Sanches Marques
Orientadora

Ouro Preto, 26 de Abril de 2019

Scanned by CamScanner